

Veículo: RÁDIO EDUCADORA FM	
Data: 21/12/2020	Programa: MULTICULTURA
Assunto: Aplicativo de pesquisa de preço desenvolvido pelo Governo do Estado está disponível na versão 1.2. <u>Cita Jadson Bitencourt.</u>	

Data: 21/12/2020

Hora: 12:25

Emissora: RÁDIO EDUCADORA FM

Programa: MULTICULTURA

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Aplicativo de pesquisa de preço desenvolvido pelo **Governo do Estado** está disponível na versão 1.2. **Cita Jadson Bitencourt.**

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 21/12/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 21 de Dezembro de 2020 - 18:48

Deputados baianos aprovam PL do Executivo que prevê redução de multas e débitos de ICMS

por Mari Leal



A Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) aprovou, nesta segunda-feira (21) o Projeto de Lei 24.003/2020, enviado à Casa pelo Poder Executivo. A proposta prevê remissão parcial e redução de multas e acréscimos moratórios de débitos tributários do **Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS**, relativos à glosa de créditos fiscais. Um dos objetivos da proposta é encerrar litígios tributários.

Aprovado por unanimidade, mas sem acordo entre bancadas, o texto contemplou emenda do deputado Tiago Correia (PSDB), estabelecendo alargamento do prazo para inscrição no programa, beneficiando, segundo o parlamentar, o contribuinte.

Veículo: Bahia econômica	
Data: 21/12/2020	



DEPUTADOS BAIANOS APROVAM PROJETO QUE REORGANIZA PAGAMENTOS DA DÍVIDA DO ESTADO COM A UNIÃO



admin 21 Dezembro, 2020

Foi aprovado por unanimidade, na Assembleia Legislativa, um projeto de lei que reescala o cronograma de pagamentos da dívida da Bahia com a União, de acordo com o previsto no Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 – Covid-19.

A medida viabiliza um alívio fiscal aos orçamentos do estado onerados com despesas extras, bem como a redução de receitas geradas pelo combate à pandemia. O projeto de nº 24.001 foi enviado ao Legislativo pelo governador Rui Costa e estava sob pedido de vistas da bancada de oposição formulado pelo deputado Alan Sanches (DEM).

A sessão plenária da ALBA foi virtual, com os parlamentares em discussão, apresentando os votos por intermédio do Sistema de Deliberação Remota (SDR). O presidente Nelson Leal (PP) registrou a unanimidade que existe entre os parlamentares dos blocos do governo e da oposição com relação às matérias relacionadas com a Covid-19 e pretende convocar mais uma sessão extraordinária para apreciar as matérias em pauta. Quatro projetos de lei do Executivo travavam as votações, sendo este o segundo a ser aprovado.

O deputado Vitor Bonfim (PL), relator da matéria, apresentou o parecer ao plenário virtual com uma emenda formal, que não altera fundamentalmente o projeto, pois apenas muda a data para pagamento do débito, de “até 30 de novembro de 2020” para “até 29 de dezembro de 2020”.

Veículo: O Globo	Caderno: Economia
Data: 22/12/2020	Página:

O GLOBO

Em 21 estados e no DF, gastos com pessoal consomem mais da metade das receitas

Dados foram divulgados nesta segunda-feira pelo Tesouro Nacional. No Rio Grande do Sul, folha de servidores consome 77% da arrecadação

Marcello Corrêa

21/12/2020 - 16:21 / Atualizado em 21/12/2020 - 18:51

BRASÍLIA - Em 21 estados e no Distrito Federal, os gastos com pessoal representaram mais da metade das receitas arrecadadas por esses governos entre janeiro e outubro. Os dados fazem parte de um relatório divulgado nesta segunda-feira pelo Tesouro Nacional.

De acordo com o documento, o Rio Grande do Sul foi o estado que mais comprometeu recursos para o pagamento desse tipo de despesa. No período analisado, 77% da receita foi comprometido com salários e encargos de funcionários na ativa, aposentados e pensionistas.

No Rio, o percentual foi de 65%, o que posiciona o estado em terceiro lugar da lista, atrás apenas do Rio Grande do Sul e do segundo colocado, Rio Grande do Norte, onde o custo com a folha representou 72% da receita corrente líquida entre janeiro e agosto.

A proporção entre despesas com pessoal e receita é um dos indicadores de saúde das contas públicas previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). De acordo com o texto, estados não devem comprometer mais que 60% do que arrecadam com esse tipo de gasto.

De acordo com o relatório do Tesouro, dez estados apresentam percentual igual ou maior o previsto em lei.

Plano de ajuste pode conter despesas

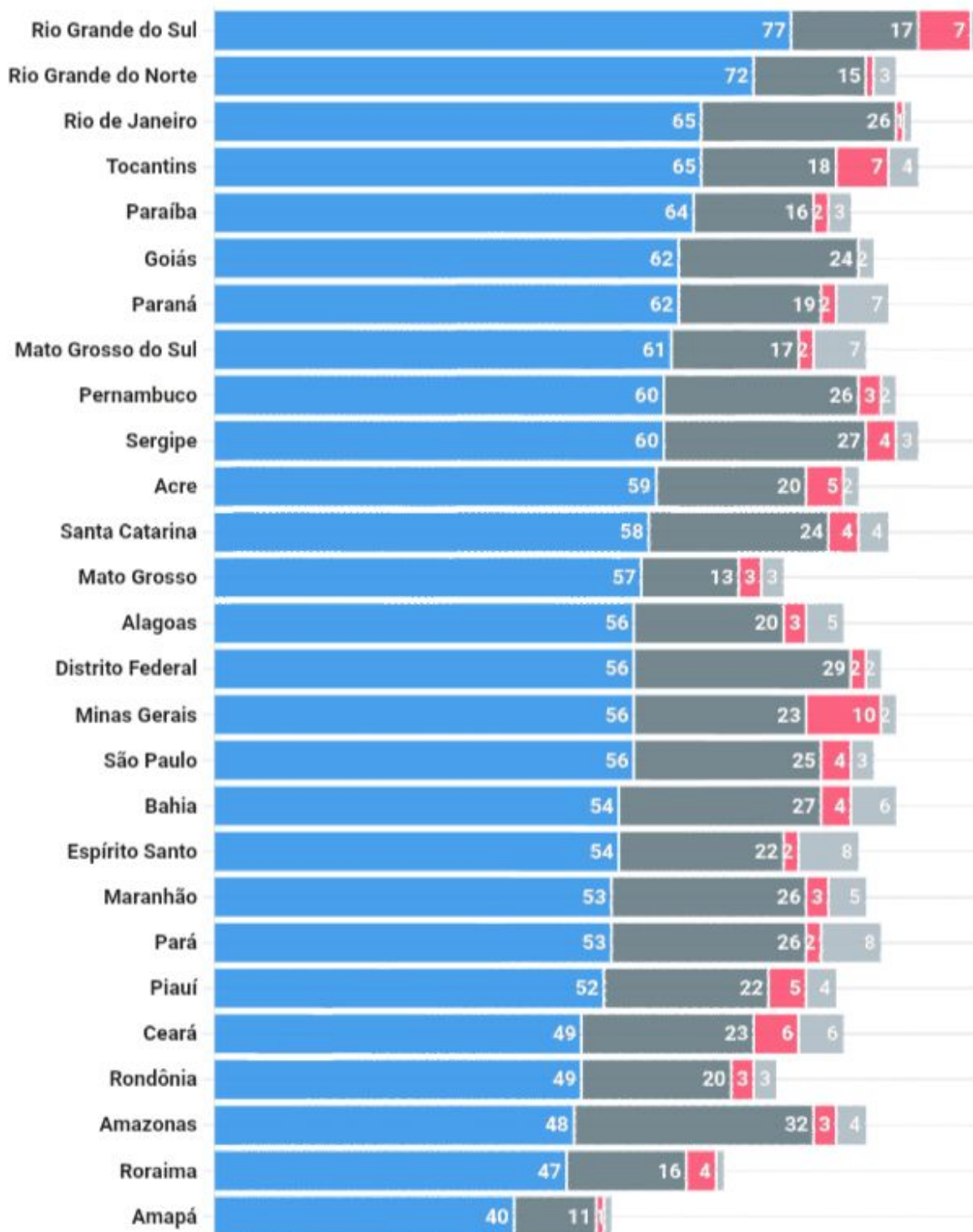
O grupo de estados que mais gastam com salários e encargos inclui os candidatos a ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que foi reformulado por meio de um projeto de lei aprovado semana passada pelo Congresso. O texto ainda precisa ser sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro.

O programa prevê um alívio no pagamento da dívida com a União por até dez anos. Em troca, os entes beneficiados devem promover medidas de ajuste fiscal, como corte de gastos, venda de ações em estatais e redução de benefícios tributários

O peso dos gastos com salários

Em % da Receita Corrente Líquida

■ Gastos com pessoal ■ Custeio ■ Pagamento da dívida ■ Investimento



Fonte: Tesouro Nacional

Hoje, só o Rio faz parte da versão antiga do RRF e é um dos postulantes a ingressar no novo plano. Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais também têm interesse. Comprometer mais que 60% da receita com gastos com pessoal é um dos critérios para acesso ao programa.

Para a economista Margarida Gutierrez, professora da Coppead/UFRJ e especialista em contas públicas, a possibilidade de que estados ingressem no programa é positiva, porque a exigência de ajuste fiscal induz a reformas estruturantes.

— Esses planos de ajuste dão um alívio, mas obrigam a determinadas reformas. É aí que está a vantagem desses planos. Você alivia, mas não sem nada em troca. Isso pode significar uma mudança na estrutura de gastos com estados e municípios — afirma a especialista.

Ela pontua que a solução para os gastos com pessoal, no caso dos governos locais, é ainda mais importante do que no governo federal.

— Esse dado sinaliza a urgência de fazer uma revisão do gasto obrigatório. Na União, várias despesas pressionam essa conta. No caso dos estados, gasto obrigatório

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Saeb
Data: 21/12/2020	



Previdência Estadual bate recorde histórico em concessão de aposentadorias

21 dezembro 2020



Foto: Carol Garcia/GOVBA

Ao longo de 2020, o governo baiano concedeu 6.848 aposentadorias e reservas a funcionários públicos estaduais. Resultado de uma série de iniciativas realizadas no período – incluindo um mutirão com foco no afastamento de servidores com mais de 60 anos -, o número representa um recorde histórico para a Superintendência de Previdência do Estado, consolidando uma tendência progressiva de ganho de agilidade no trâmite dos processos de inativação no Estado.

De acordo com a Superintendência de Previdência, nos últimos 13 anos, houve uma elevação consistente na média anual de publicação de atos de aposentadoria. De 2003 a 2006, por exemplo, esta média era de 3837. No período de 2007 a 2014, passou para 4655, com um salto de pouco mais de 21%. Já de 2015 a 2020, a mesma média chegou a 5779, sinalizando um incremento de 23,9%.

Para o superintendente da Previdência Eduardo Matta, o desempenho alcançado este ano é “fruto de um trabalho coletivo, de uma parceria intensiva com as áreas de Recursos Humanos dos mais diversos órgãos estaduais”.

Já para a diretora de Administração de Benefícios Previdenciários da Suprev, Joana Pinheiro, os resultados de 2020 se revestem de um significado maior também por conta dos desafios enfrentados. “Foi um ano atípico, que obrigou nossa equipe a se reinventar, seja por conta da necessidade de manter parte do grupo em trabalho remoto para prevenir o avanço da Covid-19, seja pela demanda por atualização de conhecimentos e ferramentas operacionais para nos adequarmos às alterações legais trazidas pela Reforma da Previdência”, conta Joana.

Mutirão

Somente de abril a junho, foi possível viabilizar a concessão de aposentadorias a 2 mil servidores oriundos da Polícia Civil e das secretarias da Educação e da Saúde (Sesab), como resultado de um mutirão promovido em parceria com esses órgãos. “Tivemos a preocupação de priorizar os servidores que se enquadram no grupo de risco para o coronavírus, possibilitando que aqueles com idade mais avançada pudessem se resguardar em casa com mais tranquilidade, ao ter sua aposentadoria garantida de forma rápida”, explica a coordenadora de Benefícios dos Inativos, Rutineia Lopes.

Já entre os meses de outubro e dezembro, a Superintendência de Previdência desenvolveu um projeto itinerante, no qual profissionais da equipe eram deslocados para atuar lado a lado com as equipes de diversos órgãos estaduais, prestando apoio e orientação com vistas a dinamizar o trâmite dos processos. “Foi um processo muito grande de troca de conhecimentos e experiências que permitiu com que os processos saíssem dos órgãos com menos pendências”, resume Rutineia.

Fonte: Ascom/Saeb

ADMINISTRAÇÃO O prefeito afirma que sai da prefeitura de Salvador com todas as contas em dia

ACM Neto garante que não deixará dívida para a gestão Bruno Reis

CÁSSIO SANTANA

O prefeito ACM Neto (DEM) afirmou ontem que encerra sua gestão sem deixar nenhuma dívida para o prefeito eleito, Bruno Reis (DEM), que assume o Executivo no dia 1º de janeiro. O anúncio aconteceu durante balanço da política fiscal do município no Hotel Mercury, no Rio Vermelho.

“Há oito anos, em 2012, nós encontramos a prefeitura com uma dívida, de curto prazo, de um bilhão e 230 milhões de reais. Esse foi o tamanho da bronca que herdamos”, disse o prefeito à imprensa. “Hoje vamos encerrar nossa gestão, passando o bastão para Bruno, com ‘zero real’ de dívida a curto prazo”.

“Conseguimos zerar toda nossa dívida de tributo da União. Deixamos a prefeitura com zero de dívida com tributos para a União. Foi tudo absolutamente pago, tudo quitado”, reforçou o prefeito.

Neto anunciou que vai deixar nos cofres públicos o saldo positivo de pelo menos R\$ 1,6 milhão para o novo prefeito.

“Em 2012, peguei uma cidade endividada, devendo para todo mundo, a cidade mal tinha dinheiro para pagar seus funcionários. E hoje vamos deixar para o próximo prefeito R\$ 1,6 milhão em caixa”, afirmou.

De acordo com o gestor, em oito anos, Salvador passou da 24ª posição para a 1ª no índice de gestão fiscal do país.



ACM Neto apresentou o balanço fiscal do município ontem, no Hotel Mercury, no Rio Vermelho

Em oito anos, Salvador passou da 24ª posição para a 1ª no índice de gestão fiscal do país

“O principal legado que deixamos para cidade é a autossuficiência administrativa financeira. Ninguém mais pode apontar o dedo para Salvador e dizer que vivemos de favores do Estado ou do governo federal. E os dados estão aí para confirmar o que estou falando. Passamos da 24ª posição pa-

ra 1ª no índice de gestão fiscal”, comemorou.

“Deixamos o legado. Tenho certeza de que o prefeito que assume em 1º de janeiro, Bruno Reis, vai seguir essa mesma linha. Uma gestão que preza pelo equilíbrio das contas, uma gestão que não gasta nem um centavo a mais do que

ela arrecada”.

O prefeito eleito Bruno Reis, a quem ACM Neto atribuiu a responsabilidade pelas ações futuras da prefeitura, afirmou que na próxima quarta, 23, serão abertos 10 leitos de UTI e 50 leitos de enfermaria no Hospital Santa Clara e mais 10 leitos no Hospital Evangélico.

PREVIDÊNCIA

Estado bate recorde em concessão de aposentadoria

MARJORIE MOURA

No ano de 2020, o Governo da Bahia concedeu 6.848 aposentadorias e reservas a funcionários públicos estaduais, como resultado de iniciativas como um mutirão com foco no afastamento de servidores com mais de 60 anos.

O número representa um recorde histórico para a Superintendência de Previdência do Estado (Suprev), e segundo a qual, consolida uma tendência progressiva de ganho de agilidade no trâmite dos processos de inativação no Estado.

De acordo com a superintendência, nos últimos 13 anos, ocorreu elevação consistente da média anual de publicação de atos de aposentadoria.

De 2003 a 2006, a média era de 3837. Entre 2007 e 2014 passou para 4655, com um salto de pouco mais de

21%, aumento. Já de 2015 a 2020, a mesma média chegou a 5779, sinalizando um incremento de 23,9%.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 159 de 2020, que mudou a previdência dos funcionários públicos do estado, foi aprovada no dia 31 de janeiro deste ano, em meio a protestos na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba). Pela reforma, o homem passa a se aposentar com 59 anos e a mulher com 56 anos.

Para o superintendente da Previdência, Eduardo Matta, o desempenho alcançado este ano é “fruto de um trabalho coletivo, de uma parceria intensiva com as áreas de Recursos Humanos dos mais diversos órgãos estaduais”.

Para a diretora de Administração de Benefícios Previdenciários da Suprev, Joana Pinheiro, os resultados de 2020 se revestem de um sig-



“Tivemos a preocupação de priorizar os servidores do grupo de risco para o coronavírus

RUTINEIA LOPES, coordenadora

nificado maior também por conta dos desafios enfrentados.

“Foi um ano atípico, que obrigou nossa equipe a se reinventar, seja por conta da necessidade de manter parte do grupo em trabalho remoto para prevenir o avanço da Covid-19, seja pela demanda por atualização de conhecimentos e ferramentas operacionais para nos adequarmos às alterações

legais trazidas pela Reforma da Previdência”, conta Joana.

Em pandemia

De abril a junho, foi possível viabilizar a concessão de aposentadorias a 2 mil servidores oriundos da Polícia Civil e das secretarias da Educação (SEC) e Saúde (Se-sab), como resultado de um mutirão promovido em parceria com estes órgãos.

Matta (no meio) diz que resultado é “fruto de um trabalho coletivo”

A coordenadora de Benefícios dos Inativos, Rutineia Lopes, explica que, “Tivemos a preocupação de priorizar os servidores que se enquadraram no grupo de risco para o coronavírus, possibilitando que aqueles com idade mais avançada pudessem se resguardar em casa com mais tranquilidade, ao ter sua aposentadoria garantida de forma rápida”.

Entre os meses de outubro e dezembro, a Suprev desenvolveu um projeto itinerante, no qual profissionais da sua equipe eram deslocados para atuar lado a lado com as equipes de diversos órgãos estaduais, prestando apoio e orientação com vistas a dinamizar o trâmite dos processos. “Foi um processo muito grande de troca de conhecimentos e experiências que permitiu com que os processos saíssem dos órgãos com menos pendências”, resume Rutineia.

DESEMPENHO

Arrecadação federal registra melhor novembro em 6 anos

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

A recuperação da economia e o pagamento de tributos adiados no início da pandemia de Covid-19 fizeram a arrecadação federal ter, em novembro, o melhor desempenho para o mês em seis anos. No mês passado, o governo federal arrecadou R\$ 140,101 bilhões, alta de 7,31% em relação a novembro de 2019 descontada a inflação oficial pelo Índice Nacional

de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

De janeiro a novembro, o governo federal arrecadou R\$ 1,32 trilhão. Apesar do repique nos últimos meses, a arrecadação acumula queda de 7,95% em relação ao mesmo período do ano passado, também em valores corrigidos pelo IPCA. Gradualmente, o desempenho da arrecadação acumulada melhorou. De janeiro a julho, o encolhimento nas receitas chegou a 15,16% na mesma

comparação.

Segundo a Receita Federal, a recuperação de setores da economia, principalmente da produção industrial e do comércio, ajudou a impulsionar a arrecadação em novembro. Isso compensou a queda na arrecadação dos serviços e das importações. Além disso, o pagamento de tributos suspensos no primeiro semestre ajudou a impulsionar a arrecadação em R\$ 14,77 bilhões no mês passado.

TRIBUTO

Receita abre hoje consultas a lote residual de restituições do IR

DA REDAÇÃO

A Receita Federal informou que serão abertas hoje as consultas a mais um lote residual do Imposto de Renda de Pessoa Física. Os lotes residuais são os de contribuintes que caíram na malha fina do IR, mas depois regularizaram as pendências.

As consultas poderão ser feitas por meio da página da Receita na internet ou pelo telefone 146. O órgão também disponibiliza um apli-

cativo para tablets e smartphones para consulta das informações sobre a restituição e a situação cadastral do CPF.

Ao todo, 202,388 contribuintes receberam R\$ 354 milhões em 30 de dezembro, de acordo com a Receita. Desse valor, R\$ 135,76 milhões referem-se a contribuintes com prioridade no recebimento dos valores (idosos acima de 80 anos, contribuintes entre 60 e 79 anos, pessoas com alguma defi-

ciência física ou mental ou moléstia grave e aqueles cuja maior fonte de renda seja o magistério).

Em setembro, a Receita Federal informou que 910 mil declarações estavam retidas na malha fina do IR de 2020 devido a inconsistências nas informações prestadas.

Nos últimos anos, a omissão de rendimentos foi o principal motivo para cair na malha fina, seguido por inconsistências na declaração de despesas médicas.

“Vamos encerrar nossa gestão, passando o bastão para Bruno, com ‘zero real’ de dívida a curto prazo”

ACM NETO, prefeito de Salvador

“Faltaremos 22 leitos para atingirmos o número do auge da pandemia, e estamos estudando a possibilidade de ampliar esse número”, avaliou Bruno.

“Bom senso”

“Hoje a quantidade de leitos ofertados é menor, isto por si só já faz com que você tenha uma taxa de ocupação maior, mas teremos o mesmo número de leitos do auge da pandemia, até o dia 31 de dezembro faltará muito pouco”, endossou ACM Neto.

Quando questionado sobre a possível retomada de medidas mais restritivas, Neto afirmou que o momento é de “ter bom senso”.

“Por que ainda não fechamos? Porque ainda temos segurança para não fechar. Se tivéssemos diante de uma situação de iminente risco de colapso do sistema de saúde, a gente já teria fechado. Claro que o fato de estarmos na véspera de Natal conta. Imagina se eu fechasse o comércio agora, o impacto econômico que teria para a cidade? Governar é também ter bom senso, e o bom senso sugere que mostremos todos os ricos e não tomemos decisões mais drásticas”, disse.

Rodrigo Tardio / Ag. A TARDE

ECONOMIA & NEGÓCIOS

MERCADO Dólar sobe e bolsa cai, com temor sobre variante do novo coronavírus

www.atarde.com.br/economia



Tatiana Azeviche / Divulgação

Fera Palace: entre os protocolos estão o uso de máscara, luvas, álcool em gel e distanciamento social

TURISMO Em tempo de pandemia, o setor hoteleiro do estado investe nos protocolos sanitários contra o novo coronavírus para aumentar a ocupação

Hotéis baianos buscam elevar os negócios no verão

THAÍS SEIXAS

Máscaras, luvas, álcool em gel, distanciamento social e funcionários atentos para chamar a atenção de possíveis deslizes dos hóspedes. Esta é a nova realidade dos hotéis, que tiveram que se adaptar aos protocolos sanitários contra a Covid-19 para retomarem as atividades durante a pandemia. Com o início do verão, ontem, dia 21, e a expectativa de aumento do número de visitantes, o reforço na segurança nos estabelecimentos se torna cada vez mais necessário.

Segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia (ABIH), Luciano Lopes, a taxa média de ocupação dos hotéis baianos no mês de dezembro deve ficar em torno de 55%. A previsão é feita com base nos dados já obtidos em meses anteriores. Em outubro, por exemplo, a ocupação ficou em 49%, o que representa 70% do total registrado no mesmo período do ano passado.

Luciano destaca a importância de os empreendimentos seguirem os protocolos sanitários, que dão mais segurança ao cliente e, consequentemente, atraem mais hóspedes, que procuram por lazer sem correr riscos. "Salvador lidera a preferência dos turistas. A gente precisa que não só a Bahia mantenha a contaminação reduzida, mas também outros estados que enviam turistas para cá, porque, se ela aumentar, as pessoas deixam de viajar. Temos que ter cautela porque isso muda muito, mas a perspectiva em relação ao verão é boa. Não será possível ter um verão similar ao de 2020, mas esperamos que este esteja em torno de 70% a 75% do que foi no ano passado, o que nos projeta uma ocupação entre 55% e 60%", explica.

Apesar da estimativa da ABIH, alguns estabelecimentos já registram boa ocupação neste início de verão. É o caso do Transamerica Resort Comandatuba, localizado no município de Una, no litoral sul do estado. Com ocupação de 75% no fim de semana dos dias 12 e 13 de dezembro e estimativa de alcançar os 80% a partir de

janeiro, o resort modificou a rotina desde a reabertura, no dia 25 de julho.

O diretor Rodrigo Galvão explica que as principais mudanças envolvem os pontos de atendimento, incluindo as áreas de alimentação, com a adoção de dispensers de álcool em gel e divisórias de acrílico entre funcionários e hóspedes, além da obrigatoriedade do uso de máscara e luvas na hora de se servir. A adaptação é essencial para o novo plano de distribuição e vendas do resort, que busca atingir o público local.

"Tradicionalmente, o Transamerica era conhecido por ser o refúgio de clientes principalmente de São Paulo e do Sudeste. Mas o Brasil é enorme. Além do público nacional, o regional também é muito bem-vindo. Estamos reduzindo o número mínimo de noites, para que as pessoas possam vir conhecer, e valorizando a cultura da terra. Com isso, a gente atrai novos públicos, democratizando o acesso ao resort, sem perder o padrão", destaca.

Turistas estrangeiros Salvador segue na liderança como destino nacional a se visitar no pós-pandemia, como aponta a recente Pesquisa de Sondagem Turística no Brasil, realizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, em parceria com o Instituto de Pesquisa Qualitativa. O levantamento ouviu 1,6 mil brasileiros de diferentes estados, no período de 3 a 20 de novembro, e mostra a preferência dos turistas nacionais.

Apesar do cenário local favorável, os hotéis que possuem os turistas estrangeiros como público principal ainda não podem contar com a presença massiva destes clientes, diante das novas ondas de infecção que assolam países da Europa e os Estados Unidos, por exemplo.

Dentro deste perfil está o Fera Palace Hotel, no Centro Histórico de Salvador, que foi reaberto no dia 1º de dezembro e ainda acumula poucas solicitações de reserva. Para a diretora financeira Alessandra Salarolli, o aumento da taxa de ocupação depende de uma série

"Não será possível ter um verão similar ao de 2020, mas esperamos que este esteja em torno de 70% a 75% do que foi no ano passado, o que nos projeta uma ocupação entre 55% e 60%"

LUCIANO LOPES, da ABIH

de fatores que ainda necessitam de tempo para gerar resultados.

"Hoje, a gente ainda está com 60% abaixo da ocupação do mesmo período do ano passado. Isso ocorre porque a maioria do nosso público é de estrangeiros. Para a gente ter uma retomada do turismo, vai depender do incremento da malha aérea, principalmente de voos nacionais diretos para Salvador, a imunização da população e a melhoria das condições sanitárias, tanto no Brasil quanto no exterior. Então a nossa expectativa é que, com a melhora dessas ações, a gente tenha um incremento na ocupação", ressalta.

Boas práticas

Assim que o internauta visita o site do Hotel Pousada Natureza, é convidado a acessar o Guia de Boas Práticas no contexto da Covid-19. O estabelecimento está situado em um dos principais cartões-postais da Bahia: Morro de São Paulo, na cidade de Cairu, que costuma atrair milhares de turistas na alta estação.

Por lá, as adaptações foram feitas seguindo o protocolo setorial para meios de hospedagem, determinado pela prefeitura municipal. O documento condiciona a reabertura à vistoria da Vigilância Sanitária e determina algumas medidas, como limi-

tar a taxa máxima de ocupação, restringir objetos de uso compartilhado entre funcionários e atentar para a realização de check-in e check-out de forma segura, além de incentivar a busca pelo selo Turismo Responsável, do Ministério do Turismo, e do certificado de capacitação de boas práticas emitido pelo Sebrae e Senac.

"Estamos nos preparando para o verão de 2021 com a expectativa muito positiva. Pretendemos ter uma taxa de ocupação de 100% da capacidade permitida pelo município. Tiramos todos os certificados exigidos, fizemos treinamentos e adequações das nossas instalações para que possamos receber todos com segurança", afirma Emerson Barbosa, gerente do hotel.

Day use

Para os baianos que desejam aproveitar o dia em localidades mais próximas, uma opção é utilizar os serviços de 'day use'. Mesmo sem a hospedagem completa, também é preciso ficar atento aos protocolos de combate à Covid-19. Esta é a proposta do Nanô Beach Club, localizado na praia de Subaúma, no litoral norte, que foi reaberto em outubro.

Durante todo o verão, o clube recreativo vai trabalhar com o limite de 200 pessoas, seguindo os decretos municipal e estadual, com vendas limitadas. Os protocolos foram baseados nas orientações do Ministério da Saúde, incluindo disposição de álcool em gel, reforço de higienização antes, durante e após cada evento, distanciamento, uso de máscaras e face shields e medição de temperatura.

A assistente-executiva do clube, Magdala Costa, enfatiza que a expectativa é positiva para o verão. "A pandemia nos trouxe uma oportunidade de implementar nosso sistema de reserva para o day use, que já era uma vontade da gente. Diante de todas estas restrições, esse sistema tem sido muito bacana e temos um retorno positivo. Estamos respeitando todas as restrições e demandas de distanciamento e higienização, para os clientes estarem cada vez mais seguros e confortáveis".



Antecipa, uma fintech made in Bahia



CAMILO TELLES

Fundador da Antecipa – Antecipação a Fornecedores

A história da Antecipa começa em 2010, quando um dos fundadores era sócio de uma empresa de vendas de ingresso. Nessa empresa se descobriu que existia a opção de antecipar recebíveis de cartões de crédito e era um absurdo os valores que eram cobrados nessa operação.

Estudando o mercado se descobriu uma outra ineficiência que não era razoável. Empresas grandes com excesso de caixa sendo remunerado a 100% do CDI ao mesmo tempo que os seus fornecedores descontavam títulos dessas grandes empresas em factoring ou semelhantes com taxas médias de 2% ao mês. Estávamos falando de um spread de 1,8% ou mais de 10x o CDI anual. Em um mês o intermediário financeiro ganhava 10x o que a grande empresa ganhava no caixa aplicado.

Assim nasceu a Antecipa, com a proposta de desintermediar essa relação, permitindo que a grande empresa pague diretamente ao seu fornecedor com desconto eliminando o setor financeiro da relação e mantendo a margem no setor produtivo. Para a grande empresa rentabilidade do caixa acima do CDI e para a pequena uma opção mais barata de capital de giro.

O cliente mais importante de qualquer startup é o seu primeiro cliente, e, no nosso caso, tivemos o Grupo LM aqui em Salvador como esse parceiro. Desenvolvemos o sistema junto com eles e ofertamos a sua grande cadeia de fornecedores. Depois dos testes iniciais percebemos que o produto tinha aderência. Rentabilidade adequada para o grupo LM e uma opção de capital de giro mais barato para seus fornecedores.

Depois do grupo LM vieram outras empresas. Gol Linhas Aéreas, Grupo Martins, RedeMix, BR Malls entre outros. A empresa vinha crescendo e precisava de capital para o próximo passo. Começamos a conversar com as casas de venture capital no Brasil e em 2019 recebemos um aporte da RedPoint e Ventures. Um dos principais investidores de risco do país.

Um pouco depois do aporte da RedPoint aconteceu uma aproximação com o Grupo XP que estava naquele momento escalando a oferta da XP Empresas. O propósito da XP Empresas se encaixava com a visão da Antecipa. A XP é uma casa de investimento que desintermediou o mercado de investimento. A Antecipa é uma fintech que se apresenta como uma opção de investimento para a tesouraria desintermediando o setor financeiro.

E assim que uma fintech Made In Bahia hoje é parte de um dos grandes grupos financeiros do país.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

Mercado eleva estimativa de inflação para 4,39%

ACIMA DA META O Banco Central (BC) atualizou a projeção do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 4,35% para 4,39%, para o ano. É a 19ª alta consecutiva do indicador, que ultrapassa o centro da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 4%. A projeção para 2021 também registrou aumento, passando de 3,34% para 3,37%. Para 2022 e 2023, se manteve estável em 3,50% e 3,25%, respectivamente.

Também se mantém estável a previsão para 2021, 2022 e 2023 da taxa básica de juros, a Selic, em 3%; 4,5%; e 6% ao ano, respectivamente. A revisão consta do boletim Focus divulgado ontem. Com periodicidade semanal, o documento reúne estimativas das ins-

3%
é a previsão da taxa Selic em 2021, segundo o Focus

4,5%
é o prognóstico para 2022

tituições financeiras para os principais indicadores da economia. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Quando a Selic é mantida, o comitê considera que ajustes anteriores foram suficientes para manter controlar a inflação.

O mercado financeiro também ajustou de menos 4,41% para menos 4,40% o valor referente à retração da economia brasileira neste ano, que é medida pelo Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

A expectativa de crescimento para 2021 caiu de 3,50% para 3,46%. No entanto, se manteve estável para 2022 e 2023, em 2,5%.

De acordo com o Boletim

Focus, a cotação do dólar para o final deste ano está em R\$ 5,15, ante os R\$ 5,20 projetados no boletim divulgado há uma semana. Para 2021, o BC baixou de R\$ 5,03 para R\$ 5 o valor da moeda norte-americana. Para 2022, a projeção subiu de R\$ 4,95 para R\$ 4,98; e para 2023, de R\$ 4,90 para R\$ 4,97.

Já os consumidores brasileiros acreditam que a inflação ficará acumulada em 5,2% nos próximos 12 meses. A expectativa da inflação dos consumidores foi medida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em uma pesquisa de opinião realizada agora em dezembro.

A taxa da pesquisa realizada neste mês é 0,4 ponto percentual acima da observada em novembro (que havia ficado em 4,8%). Esse é o maior aumento mensal desde dezembro de 2015 (0,9 ponto percentual).

Banco empresta US\$ 350 milhões para Brasil conter crise da covid-19

DÍVIDA O Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) informou, ontem, ter assinado um empréstimo de US\$ 350 milhões – em torno de R\$ 1,8 bilhão – para o Ministério da Economia enfrentar a crise gerada pela pandemia de covid-19.

A operação tinha sido

aprovada pela instituição financeira em agosto, mas só foi oficializada ontem.

Durante a pandemia, o CAF ofereceu US\$ 2,5 bilhões em linhas emergenciais de crédito para países da América Latina. O banco também ofereceu doações de US\$ 400 mil por país.

Fundado em 1970, o CAF é constituído por 19 países – 17 da América Latina e do Caribe, mais Portugal e Espanha, e por 13 bancos privados. Os principais acionistas são cinco países dos Andes: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Brasil é membro associado.

INDICADORES

CÂMBIO

	Celega	Yenle
Dólar Comercial	R\$ 5,038	R\$ 5,028
Dólar Turismo	R\$ 5,07	R\$ 5,107
Euro Turismo	R\$ 6,274	R\$ 6,276

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	116.435,46	-1,36%

POUPANÇA

21/12/2020	5.189%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.041,80

INFLAÇÃO

	Novembro	Ano	12 meses
IPCA-IBGE	0,89%	3,7%	4,3%
INPC-IBGE	0,95%	3,8%	5,2%
ISP-M/FGV	3,2%	21,6%	24,5%

AQUISIÇÃO

290MI

foi o valor pago pela empresa Magazine Luiza na compra da fintech Hub. O anúncio da aquisição foi feito, ontem, pela assessoria da Magazine Luiza, dentro da estratégia da empresa de digitalização de negócios.

Veículo: Correio

Data: 22/12/2020

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A queda das bolsas ontem foi um recado de que a pandemia ainda pode provocar estragos na economia antes que se tenha o alívio da vacinação em massa. Os investidores enxergaram uma contradição que provocou medo e aversão ao risco: justamente a Inglaterra, o país que trouxe a boa notícia da vacinação, foi quem anunciou a variante do coronavírus com maior capacidade de transmissão. Isso quer dizer que ainda é cedo para se baixar a guarda na luta contra o vírus. No Brasil, gestores fizeram lives nas redes sociais para tranquilizar clientes antes da abertura do pregão.

A Europa já vinha registrando aumento de casos e mortes, e por isso vários países já haviam anunciado medidas de isolamento às vésperas das festas de final de ano. Por si só, isso já é suficiente para afetar o nível de atividade. O que os investidores estão calculando agora é o risco de que essa variação do coronavírus tenha se espalhado pelo continente europeu – e para outros países do mundo – acelerando a onda de contágio. Já há registros na Dinamarca, Austrália, Itália, Holanda e Islândia. Nos EUA, os casos estão em alta, a despeito disso.

Vírus volta a derrubar as bolsas

Os voos da Inglaterra estão sendo suspensos em vários países, trazendo à memória o início da pandemia, quando os governos tentaram em vão conter a transmissão do vírus. Se houve quem acusasse os ingleses de terem feito o anúncio tardiamente – já que essa variação teria sido descoberta em outubro – também houve quem entendessem que eles estão entre os poucos países que fazem monitoramento do genoma do vírus. Ou seja, estão sendo punidos porque investiram em ciência e pesquisa para entender o comportamento da doença.

O mau humor com a pandemia encobriu o anúncio no fim de semana de que, nos Estados Unidos, democratas e republicanos chegaram a um acordo para um pacote de estímulo de US\$

900 bilhões. O que mais pesa é o aumento da incerteza e, na dúvida, os investidores compram dólares e correm para ativos mais seguros, como ouro e títulos do Tesouro americano. O petróleo WT chegou a cair 7%, com o receio de que o PIB mundial perca força no início do ano que vem. No Ibovespa, ações de companhias aéreas e turismo foram as que mais caíram, e os juros futuros fecharam em alta.

A notícia mais aguardada da semana no Brasil é o resultado da Coronavac, que o governo Dória prometeu para amanhã. Ainda que o governo federal não tenha passado confiança no seu programa de vacinação, o fim de semana foi de pralás e centros comerciais lotados às vésperas do Natal. Como a Inglaterra tem mostrado, iniciar a vacinação é

um passo importante, mas apenas isso não garante a superação da crise na saúde e os seus efeitos sobre a economia.

JOGO DA POLÍTICA

A disputa pela presidência da Câmara também pesou sobre o Ibovespa. Cansado de segurar pautas de interesse do governo e ser criticado por apoiadores de Bolsonaro, Rodrigo Maia tentou colocar em votação uma MP que aumenta repasses da União para municípios. Partidos da base entraram em obstrução, e Maia adiou a votação para hoje. A medida vai contra o ajuste fiscal, mas agrada deputados da esquerda, que podem votar no candidato de Maia e ser o fiel da balança na eleição de fevereiro.

DINHEIRO NA MÃO I

Os empréstimos bancários tiveram mais um mês de alta em novembro, segundo a Pesquisa Especial de Crédito que a Febraban divulga hoje. O saldo cresceu 1,8%, na sétima alta seguida, e as concessões subiram 8,5% sobre o mês anterior. O presidente da entidade, Isaac Sidney, chega ao final do ano com a sensação de que o sistema financeiro cumpriu o seu papel. "Os bancos entenderam que esta crise era diferente e, apesar do risco, não repesaram liquidez. Foram R\$ 1 trilhão em renegociação de dívidas e R\$ 2 trilhões em crédito novo. Esse volume nunca se viu e foi a ponte para a recuperação mais rápida da economia", disse o presidente da Febraban.

DINHEIRO NA MÃO II

Essa pesquisa da Febraban foi criada no meio da pandemia para que os bancos tivessem um termômetro mais rápido sobre a concessão de créditos, que travou no início. Os bancos entenderam que precisavam dar liquidez para evitar uma crise sistêmica, se houvesse quebra de generalizada na economia. Já o governo deu garantias que dividiram o risco.

***POR ALVARO GIBEL, MIRIAM LEITÃO, TITULAR DA COLUMA, ESTÁ DE FÉRIAS.**

ECONOMIA

Pesquisa: brasileiros planejam cuidar mais da saúde, estudar e investir em 2021

ANO NOVO Uma pesquisa realizada pelo Google e divulgada ontem mostra que 19% dos brasileiros adiaram os planos que haviam feito para este ano por conta da pandemia. Em 2021, no entanto, a meta para os entrevistados é organizar a vida.

De acordo com o estudo, 35% dos entrevistados responderam que a prioridade para o ano novo será cuidar mais da saúde e 26% revelaram que pretendem perder peso e se exercitar mais.

Outros 23% dos que responderam à pergunta - "Quais são suas prioridades

para 2021" - afirmaram que vão investir mais e melhor o próprio dinheiro. A plataforma, no entanto, não especificou que tipo de investimento as pessoas pretendem fazer para melhorar seus ganhos financeiros.

A lista traz ainda respostas de quem pretende "aprender uma nova língua" (24%) e "comprar um carro ou um imóvel novo" (19%).

O estudo do Google mostra também quais serão os sites e serviços com potencial de figurar entre os mais buscados em 2021 e o resultado enfatiza as principais

Academias de ginástica, escolas, sites de empregos e de venda de imóveis serão mais buscados

respostas dadas pelos entrevistados para realizar seus planos nos próximos 12 meses: academia de ginástica (24%), escolas/universidades/cursinhos (21%), site de oferta de vagas de emprego (21%), marcação de consultas médicas e com especialistas (8%) e imóveis (10%).

A pesquisa do Google foi realizada em outubro deste ano, através de uma "Consumer Survey", ferramenta da empresa que permite entrevistar mil brasileiros conectados em todo o país. O público escolhido tinha idades entre 18 e 64 anos.

EMPREGO TEM CRESCIMENTO MODESTO

EFEITO DA CRISE Análise trimestral da conjuntura econômica do país, divulgada ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que os efeitos da recuperação ainda são modestos no mercado de trabalho. Segundo a entidade, a perspectiva é que a taxa de desemprego aumente antes de começar a cair. Ainda de acordo com o Ipea,

parte dos trabalhadores que saíram da força de trabalho durante a pandemia devem retornar ao mercado à procura de colocação, tanto pelo relaxamento das medidas de isolamento social, quanto pelo fim do auxílio emergencial pago pelo governo. O instituto afirma ainda que o cenário a retomada da economia está condicionado ao início da vacinação.

CONSUMO COM PIOR DEZEMBRO DA HISTÓRIA

COMÉRCIO O indicador de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), medido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), alcançou o patamar de 72,1 pontos em dezembro deste ano, o maior resultado desde maio de 2020, quando chegou a 81,7 pontos. Segundo a CNC, mesmo com essa recuperação, este foi o pior mês de

dezembro da série histórica. O índice permaneceu abaixo do nível de satisfação (100 pontos), o que vem ocorrendo desde abril de 2015 (102,9 pontos). A série, com ajuste sazonal, apresentou crescimento mensal de 1,2%, o quarto crescimento consecutivo e mais intenso do que o observado no mês anterior (-0,8%). A retração é de 25,1% em relação a 2019.

Plano de recuperação da Renova Energia é aprovado

EMPRESAS A Renova Energia, empresa de geração renovável que tem como principal acionista a estatal mineira Cemig, informou que os planos de recuperação judicial da companhia e de outras empresas do grupo foram homologados pela Justiça. As informações são da agência Reuters.

Ainda segundo a reportagem da Reuters, em um comunicado divulgado na noite de sexta-feira, 18, a Renova disse que a aprovação foi concedida pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo.

Ao todo, a empresa tinha dívidas de mais de R\$ 3 bilhões, antes de pedir proteção contra credores em outubro deste ano. A Renova propôs quitar créditos com garantia real em 11 anos, com 24 meses de carência e pagamento do principal em 18 parcelas semestrais. Credores quirografários devem ser pagos em 14 anos, também com carência de principal por 24 meses.

Pandemia
Município recebe 286 mil seringas e agulhas e confirma aquisição da Coronavac

Carolina Cerqueira*
REPORTAGEM
carolina.cerqueira@relebaia.com.br

Salvador recebeu ontem 286 mil seringas e agulhas, número que garante o início da execução do plano de vacinação contra a covid-19. Segundo o prefeito eleito Bruno Reis (DEM), a capital baiana tem cerca de R\$ 80 milhões reservados para comprar as vacinas e um plano de imunização pronto, a ser apresentado em breve, com etapas definidas.

Bruno afirmou que já manifestou para o Instituto Butantan o desejo de aquisição de doses da vacina Coronavac e que, em conversa por telefone com o governador de São Paulo João Dória, teve confirmada a disponibilização do imunizante. "Salvador vai fazer a sua parte, independente da posição do governo federal", diz.

Segundo Bruno Reis, Salvador tem 103 mil profissionais de saúde, tanto na rede pública quanto privada e, com isso, serão necessárias 206 mil doses iniciais, para a vacinação desse público. Na primeira semana de janeiro, será assinado um termo de cooperação técnica.

Já o prefeito ACM Neto afirmou que Bruno deve se preparar para um cenário ainda mais difícil no início da sua gestão. "Está se falando agora em mutação do vírus. Vocês estão vendo a Europa. Então, a gente não tem resposta para tudo. Por exemplo, a vacina será eficaz mesmo para o vírus já mudado? Tomara Deus que sim".

LEITOS

Amanhã serão disponibilizados mais 10 leitos de UTI e 50 de enfermaria no Hospital Santa Clara, além dos 10 já abertos no Hospital Evangélico. Com isso, faltam 22 leitos para que seja atingida a mesma quantidade disponibilizada no auge da pandemia. A possibilidade de que esse número seja ultrapassado foi confirmada.

"A gente está nesse esforço conjunto com o governo do estado, então temos a expectativa de que eles possam também reabrir leitos. Então o esforço não pode ser só da prefeitura, tem que ser um esforço dos dois, como aconteceu durante todo o período da pandemia até agora, e não acredito que vá ser

Salvador avança em plano de vacinação



Bruno Reis afirma que prefeitura de Salvador já tem R\$ 80 milhões reservados para comprar vacinas

Salvador vai fazer a sua parte, independente da posição do governo federal Bruno Reis

Prefeito eleito de Salvador

diferente", disse ACM Neto.

O prefeito destacou ainda a situação ainda mais grave no interior do estado, já que isso tem impacto direto na capital. "Se o problema acontecer no interior, ele vai rebater aqui do mesmo jeito, porque, hoje, a grande maioria dos pacientes em leitos de Salvador não são da capital, mas na verdade são pacientes do interior. Por isso, tem que se fazer esse esforço em todos os sentidos, em todas as direções", afirmou.

Ele destacou ainda que o esforço de abrir leitos não é suficiente, e que as próximas duas semanas são decisivas e, por isso, é preciso que cada cidadão assuma o compromisso com a coletividade e faça a sua parte. "Toda hora temos notícia de um conhecido que pegou covid, de alguém que está doente, de alguém que se agravou, de alguém que morreu. Se os cuidados forem tomados, a

Se os cuidados forem tomados, a gente vai continuar vencendo esse adversário ACM Neto

Prefeito de Salvador

gente vai continuar vencendo esse adversário sem maiores problemas", disse.

Neto explicou que as taxas de ocupação de leitos ainda estão mais baixas do que no auge da pandemia, mas lembra da alta velocidade de contaminação e ressalta que a cidade não está livre de restrições ainda mais rigorosas.

"Por que ainda não fechou? Porque ainda estamos tendo segurança para não fechar. Se estivéssemos diante de uma situação de iminente risco de colapso do sistema de saúde, já teríamos fechado. É óbvio que o Natal conta. Imagine se eu assino um decreto fechando o comércio agora, o impacto avassalador que isso teria na economia da cidade. Então, tomar decisão, governar, é também agir com bom senso. Nesse momento, o bom senso sugere que a gente mostre todos os riscos, mas ainda não

A Bahia é o estado que mais investe em saúde no Brasil, o que tem ajudado a salvar milhares de vidas Rui Costa

Governador da Bahia

nos faz ter que tomar uma decisão drástica", pontuou.

BALANÇO

A Bahia registrou 28 mortes e 1.517 novos casos de covid-19 (taxa de crescimento de +0,32%) em 24h, de acordo com boletim epidemiológico divulgado pela Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) no final da tarde de ontem. Ao todo, 10.707 casos da doença são considerados ativos atualmente. Dos 471.177 casos confirmados desde o início da pandemia, 451.635 já são considerados recuperados.

Os municípios com os maiores coeficientes de incidência por 100.000 habitantes foram Ibirataia (10.148,90), Muniz Ferreira (8.097,55), Conceição do Coité (8.010,57), Pintadas (7.856,66) e Jucuruçu (7.823,80).

*COM ORIENTAÇÃO DO SUBEDITOR GERALDO BASTOS

Polícia vai impedir festas de fim de ano

O governador Rui Costa (PT) gravou, na tarde de ontem, um pronunciamento oficial, em que confirma sua determinação de utilizar as forças policiais do estado para proibir aglomerações durante as comemorações de fim de ano, tanto na capital quanto no interior.

O gestor pediu o apoio da população baiana no enfrentamento da segunda onda da pandemia de covid-19 e lembrou que, apesar da Bahia ter o segundo menor índice de mortalidade do país, a doença deve continuar sendo tratada como "uma guerra a ser vencida".

Durante o pronunciamento, o governador informou que a Bahia é o estado que "mais investe em saúde no Brasil", o que tem ajudado a salvar milhares de vidas e, ao desejar feliz Natal, fez um apelo: "Use máscara".

O pronunciamento oficial será veiculado hoje nas emissoras de TV baianas e nas redes sociais tanto do governo estadual quanto do governador.

MÁSCARAS

Uma equipe do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia distribuiu, ontem, 2 mil máscaras reutilizáveis de tecido no Mercado das Sete Portas. A ação faz parte da força-tarefa coordenada pelas secretarias do Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Rural. As máscaras foram adquiridas pelo governo junto a 603 associações, cooperativas e empresas habilitadas para a produção de mais de 12 milhões de unidades. No sábado, os bombeiros distribuíram 3 mil máscaras nos mercados do Rio Vermelho e de Paripe. Já na sexta-feira, 4,5 mil máscaras foram distribuídas na Ceasa e no Mercado do Ogunjã.



Rui pediu o apoio da população



Números foram apresentados pelo prefeito de Salvador após reunião de planejamento estratégica realizada na tarde de ontem

'Plano Salvador 500' também é destaque

Um dos projetos mais importantes deixados pela gestão de ACM Neto como legado é o Plano Salvador 500. O Plano foi lançado em 2014 e é um instrumento público de planejamento da capital baiana para os próximos 30 anos. O nome escolhido se deve à sua execução, que vai coincidir com o aniversário de 500 anos da primeira capital do Brasil, em 2049.

O plano tem 59 objetivos espalhados por diversas temáticas. Dentre os principais, estão: resgatar o planejamento a longo prazo; elevar o nível de educação formal da população em idade ativa; aumentar a efetividade do sistema de segurança da RMS; promover Salvador como centro difusor da cultura; fomentar o desenvolvimento do turismo de fé e o de raízes.

Os dois principais objetivos estão ligados ao desenvolvimento sustentável da cidade, tornando Salvador uma capital menos desigual em termos sociais, urbanísticos e ambientais e promovendo o desenvolvimento urbano sustentável, contemplando orientações para o ordenamento territorial integrado e abrangente.

O plano busca orientar o desenvolvimento da cidade construído em parceria com a gestão municipal e toda a sociedade. O projeto terá quatro etapas: Estudos Básicos, Estudos Analíticos, Estratégia de Desenvolvimento e Política Urbana, e a finalização está programada para quando a capital da Bahia irá completar 500 anos.

ACM Neto deixa R\$1,6 bi no caixa da prefeitura

Dívida de curto prazo, que superava R\$ 1 bi em 2012, também foi zerada

Carolina Cerqueira*

REPORTAGEM
carolina.cerqueira@redesbahiabr.com.br

O prefeito de Salvador ACM Neto (DEM) concluiu seu mandato no próximo dia 31 exibindo números expressivos na área fiscal. Após receber a prefeitura no vermelho, em 2013, com um rombo da ordem de R\$ 77 milhões, ACM Neto deixará o cargo com as contas no azul, creca de R\$ 1,6 bilhão no caixa para o seu sucessor Bruno Reis (DEM). Até o final deste mês, este valor pode ser acrescido de mais R\$ 200 milhões. Se não bastasse, a próxima gestão não herdará dívidas de curto prazo, cujo montante era de R\$ 1,2 bilhão em 2012 e que foi zerada pela atual gestão.

Segundo o prefeito, o principal legado de sua gestão foi a autossuficiência da cidade. "Ninguém mais pode apontar o dedo para Salvador e dizer que esta cidade está condenada a viver com um pires na mão, a viver de favores do governo do estado ou do governo federal", afirmou. "Não há mais espaço na primeira capital do Brasil para o discurso reducionista de que o prefeito tem que ser do partido 'A' porque é o mesmo partido do governador, ou do partido 'B' porque é o mesmo

partido do presidente. O prefeito tem que ser do partido do povo da cidade e isso está provado depois de oito anos".

Os números foram apresentados, ontem, pelo prefeito, após a última reunião de planejamento estratégico e contou com as presenças de Bruno Reis, de secretários e de dirigentes de órgãos públicos, no Hotel Mercure, no Rio Vermelho. Segundo ACM Neto, 75% das metas estabelecidas como "bússolas" para guiar as ações municipais foram cumpridas e cerca de 80% do orçamento livre para investimentos foram aplicados nas áreas mais pobres da cidade.

Além de deixar a situação fiscal de Salvador organizada e inúmeras obras e projetos concluídos ou em andamento, o montante de investimentos da prefeitura quadruplicou na atual gestão, saltando de R\$ 157 milhões, em 2012, para R\$ 727 milhões. Com a casa arrumada, frisou ACM Neto, Salvador passou a destinar mais recursos do que determina a Constituição para áreas essenciais, como saúde e educação.

O prefeito contou que, em 2020, a gestão municipal investiu 26% do orçamento na educação, sendo o mínimo constitucional de 25%. Em 2017, chegou a atingir o recorde histórico de 29,3%. Com isso, de 2013 a 2020, foram aplicados R\$ 520 milhões além do mínimo previsto. Como consequência, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2019 da rede municipal no ensino fundamental (anos iniciais) cresceu 40%.

SAÚDE

Na área de saúde, o prefeito disse que, em 2012, o índice de gastos sobre receita de impostos era de somente 17%. Em 2020, ACM Neto entrega a gestão com o índice em 22,7%. De 2013 a 2020, foi

aplicado R\$ 1,2 bilhão de excedentes além do mínimo. Em relação aos gastos com a pandemia entre abril e novembro de 2020, a Prefeitura de Salvador recebeu da União R\$ 544 milhões para o enfrentamento da covid-19, mas teve gastos que somam R\$ 589 milhões.

O prefeito informou ainda que foram arrecadados R\$ 209 milhões entre 2014 e 2020 com a venda de imóveis municipais sem interesse de uso público. Esse valor foi a principal fonte de recursos para a construção do Hospital Municipal de Salvador e fonte exclusiva de recursos para a construção do Centro de Convenções de Salvador e do Parque dos Ventos.

"Todos esses resultados foram possíveis mesmo com a ampliação das isenções no IPTU, que passaram a beneficiar 251 mil imóveis", acrescentou. Ele lembrou que, em 2012, por exemplo, não existiam terrenos de candômbé isentos do pagamento do tributo - em 2020, já são 159. Houve ainda a implementação de programas como o IPTU Verde e o IPTU Amarelo, que reduzem o tributo pago a partir de iniciativas sustentáveis.

A prefeitura implantou ainda Programas de Parcelamento Incentivado (PPIs), inclusive durante a pandemia, regularizando, somente durante a crise sanitária, quase R\$ 1 bi em débitos.

"Não foi à toa que Salvador se destacou no respeitado Índice de Gestão Fiscal da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), se tornando a primeira capital brasileira de melhor gestão fiscal. Além disso, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) aponta Salvador como a primeira capital brasileira em eficiência no pagamento de suas obrigações financeiras", concluiu o prefeito.

*COM ORIENTAÇÃO DO SUBEDITOR GERALDO BASTOS

Um dos principais legados que estamos deixando é a independência e autossuficiência administrativa e financeira de Salvador

O prefeito tem que ser do partido do povo da cidade e isso está provado depois desses oito anos ACM Neto
Prefeito de Salvador

OUTROS DESTAQUES

● **Precatórios** Os débitos de precatórios vencidos e não pagos, que eram de R\$ 93 milhões em 2012, foram zerados

● **Tributos** As dívidas de tributos com a União foram quitadas e Salvador saiu do Caixa, que é uma espécie de "SPC" do governo federal

● **Endividamento** A capacidade de endividamento do município, cujo limite legal é 120% da receita corrente líquida, era de 68% em 2012 e, pelo fato de a dívida líquida ter sido mais que zerada, pulou para 126% em 2020, ou seja, quase dobrou

● **Caixa** A disponibilidade de caixa tem sido positiva e crescente em todos os anos desde 2013, registrando R\$ 2,1 bi em 2020 (até novembro)

Ipea melhora projeção de crescimento do PIB do Brasil

RODRIGO VIGA GAIER DA
REUTERS

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) melhorou sua estimativa para o crescimento da economia brasileira em 2021 a 4%, de 3,6% antes, mas apontou a deterioração fiscal, o fim do auxílio emergencial e a possível segunda onda de infecções pelo coronavírus como desafios para a atividade no ano que vem.

Para este ano, o Ipea passou a ver contração do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,3%, também melhorando suas contas de uma queda de 5% calculada em setembro, devido principalmente à recuperação mais rápida da indústria e do comércio.

O Ipea prevê que em 2021 os destaques na economia serão indústria e formação bruta de capital fixo --uma medida de investimentos--, com avanços de 5% e 5,3% respectivamente. Consumo das famílias e serviços, que têm pesos expressivos na atividade econômica, devem crescer 3,5% e 3,8%.

Mas o Ipea aponta uma série de incertezas no horizonte que podem comprometer a trajetória de recuperação da atividade econômica. Segundo órgão, o recrudescimento da pandemia de Covid-19, o fim do auxílio emergencial, o aperto fiscal e até gargalos de oferta provocados por escassez de insumos são desafios para a atividade econômica brasileira.

"Dentro desse contexto de balanço de riscos... caso seja confirmado o fim do auxílio emergencial ao final de dezembro, assim como outras medidas para atenuar as perdas de renda e emprego, esperamos alguma acomodação do nível de atividade no primeiro trimestre, com a economia voltando a acelerar ao longo dos demais períodos", apontou o Ipea.

"Pelo lado da oferta, com a proximidade da liberação e distribuição de algumas vacinas, apesar do recrudescimento recente das estatísticas de contágio e mortes, a expectativa é de que o setor de serviços volte a ganhar tração ao longo de 2021, conforme as regras de isolamento gradualmente sejam extintas", completou.

O instituto espera ainda uma melhora no cenário inflacionário com menor pressão de alimentos, que puxaram o IPCA para cima principalmente no fim de 2020.

A inflação oficial deve desacelerar de 4,4% esse ano para 3,49% em 2021, segundo as contas do Ipea.

"A composição do IPCA para o próximo ano será distinta, influenciada por uma descompressão dos preços dos alimentos e uma alta mais forte da inflação de preços administrados e serviços", explicou o Ipea.

A previsão do órgão é de que a taxa básica de juros Selic atinja ao final de 2021 3% e o dólar fique em 5 reais.

CAUTELA

Projeções para inflação seguem em alta no país

CAMILA MOREIRA, REUTERS

O mercado deu sequência aos aumentos nas expectativas para a inflação na pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central ontem, ao mesmo tempo em que reduziu as projeções para a taxa de câmbio em 2020 e 2021.

O levantamento semanal apontou que a expectativa para a alta do

IPCA este ano passou a 4,39% de 4,35% no levantamento anterior, na 19ª semana seguida de aumento. Para 2021, a conta subiu em 0,03 ponto percentual, a 3,37%.

O centro da meta oficial de 2020 é de 4 por cento e, de 2021, de 3,75 por cento, ambos com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Para o Produto Interno Bruto (PIB), a estimativa de contração em 2020 melhorou a 4,40%, contra queda de 4,41% prevista antes. Para 2021, a previsão de crescimento diminuiu em 0,04 ponto, a 3,46%.

Para a taxa de câmbio, o mercado vê agora o dólar a 5,15 reais ao final deste ano, de 5,20 reais antes. Para 2021, a expectativa é de

que a moeda norte-americana termine a 5 reais, de 5,03 reais antes.

A pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda que a taxa básica de juros deve terminar o ano que vem a 3%, sem alterações. O Top-5, grupo dos que mais acertam as previsões, ajustou seu cenário para a Selic no ano que vem a 3%, de 3,13% na mediana das estimativas antes.

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Saúde
Data: 22/12/2020	



Bahia recebe 120 respiradores do Ministério da Saúde para abertura de novos leitos de UTI

22 dezembro 2020



Foto: Divulgação/Sesab

A Bahia recebeu, na noite desta segunda-feira (21), 120 respiradores do Ministério da Saúde, possibilitando a abertura de novos leitos de UTI para o atendimento a pacientes graves com o diagnóstico do coronavírus (Covid-19). Do total, 60 foram entregues no Hospital Espanhol, com a presença do secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, e do superintendente do Ministério da Saúde na Bahia, Glauber Almeida do Nascimento Silva.

“Esta é uma demonstração de como, juntos, nós podemos fazer mais e ter melhores resultados. É um exemplo para que possamos enfrentar a segunda onda da Covid-19”, afirmou Vilas-Boas.

Na avaliação do superintendente do Ministério da Saúde na Bahia, “é muito importante esta entrega para a Sesab de 120 respiradores, numa contribuição para a luta contra a Covid. Nesta parceria, temos um planejamento para dar conta da segunda onda e vamos dar, cumprindo a missão de cuidar das vidas da população brasileira”.

Neste mês de dezembro, mais 20 leitos de UTI já foram abertos no Hospital Espanhol. Com a chegada dos novos equipamentos, mais 20 serão abertos, imediatamente. E no início de janeiro de 2021, com a conclusão das obras de ampliação da rede de gases e contratação de novos profissionais, a unidade chegará a capacidade máxima, totalizando 253 leitos, sendo 159 de UTI e 94 de enfermaria.

A diretora geral do Hospital Espanhol, Thayse Barreto, ressaltou que “na véspera de completarmos oito meses de funcionamento do Hospital Espanhol e atingirmos 1,5 mil altas, somos gratos ao Ministério da Saúde pela doação dos respiradores que serão de suma importância nesta fase de abertura de 80 novos leitos de UTI”.

Os outros 60 ventiladores pulmonares do total dos 120 doados pelo Ministério da Saúde para a Bahia serão distribuídos para a rede estadual na capital e interior: 30 para o Hospital Geral Ernesto Simões Filho, em Salvador; 10 para o Hospital Regional da Chapada, em Seabra; 10 para o Hospital Regional de Juazeiro e 10 para o Hospital Geral de Vitória da Conquista.

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Saúde
Data: 22/12/2020	



Sesab irá adquirir 50 mil testes rápidos de antígeno para detecção do coronavírus

22 dezembro 2020



Foto: Fernando Vivas/GOVBA

Mais rápido e com precisão similar ao teste molecular do tipo RT-PCR, que é o padrão ouro na detecção do coronavírus, o teste rápido de antígeno é uma das novidades que auxiliará a Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) a realizar o diagnóstico e, caso necessário, a internação precoce. Os interessados em participar do pregão eletrônico nacional que ocorrerá no próximo dia 30, às 10 horas, devem acessar o edital nos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.

Recomendado pelo Ministério da Saúde, o teste oferece resultados em, aproximadamente, 30 minutos e é realizado através de swab nasal. Serão adquiridos 50 mil unidades. “O teste RT-PCR se mantém como padrão ouro para detecção da Covid-19, mas a testagem em maior escala e velocidade é essencial. Ele será utilizado nas UPAs e Unidades de Emergência para orientar se o paciente deve ser internado imediatamente, pois o teste tem uma especificidade alta, o que significa que se der positivo, o paciente está infectado pela Covid-19”, ressalta o secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas.

É indicado que o teste seja realizado entre o terceiro e sétimo dia após o início dos sintomas, o que possibilita a detecção precoce e a interrupção da transmissão por meio de isolamento dos casos infecciosos e seus contatos próximos.

Para a diretora-geral do Laboratório Central de Saúde Pública Professor Gonçalo Moniz (Lacen-BA), Arabela Leal, a maior vantagem do teste rápido de antígenos é a detecção da doença em sua fase aguda, além da velocidade para obtenção do resultado.

“O teste rápido de antígeno busca a presença do vírus naquela amostra coletada e não utiliza equipamentos mais complexos. Ele detecta a doença na fase aguda. Já o teste rápido de anticorpos é realizado com a coleta de uma gota de sangue e busca anticorpos que foram produzidos pelo paciente após ter contato com o vírus, geralmente, após 10 dias de infectado”, explica a diretora-geral, ao apontar que o teste não detecta os anticorpos adquiridos e sim a presença do vírus naquele momento.

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 22/12/2020	Caderno: Notícias



Terça, 22 de Dezembro de 2020 - 08:00

Rui Costa anuncia compra de 50 mil testes rápidos de Covid-19



O governo da Bahia está em processo para adquirir mais 50 mil testes rápidos de antígeno, tipo swab nasal, para detectar o coronavírus. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa (PT) através do Twitter, na manhã desta terça-feira (22).

"Ele tem precisão similar ao RT-PCR e o resultado sai em apenas 30 minutos. A testagem em maior escala e velocidade será essencial neste momento em que enfrentamos a segunda da Covid-19", ressaltou o gestor.

A avaliação foi repetida pelo secretário de Saúde, Fábio Vilas-Boas. Em nota enviada pela equipe de comunicação do governo, o titular da Sesab disse que, embora o teste RT-PCR se mantenha como padrão ouro para a detecção da Covid-19, a velocidade que o teste rápido oferece é essencial.

De acordo com a postagem de Rui, os testes serão utilizados nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e unidades de emergência para que os profissionais de saúde possam decidir sobre a necessidade de internação dos pacientes. A nota oficial acrescenta que a indicação é para que o teste seja realizado entre o terceiro e o sétimo dia após o início dos sintomas, o que possibilita a detecção precoce e a interrupção da transmissão por meio de isolamento dos casos infecciosos.

A compra será feita por meio de um pregão eletrônico nacional, marcado para às 10h do próximo dia 30. Os interessados em participar devem acessar o edital nos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. *(Atualizada às 8h24)*

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 21/12/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 21 de Dezembro de 2020 - 20:00

Arrecadação federal cresce 7,3% com pagamento de impostos adiados

por Fábio Pupo | Folhapress



A Receita Federal registrou uma arrecadação de R\$ 140,1 bilhões em novembro, um crescimento real de 7,3% na comparação com o mesmo mês do ano passado. O aumento foi influenciado pelo pagamento de tributos adiados ao longo do ano devido à pandemia do coronavírus.

De acordo com o Ministério da Economia, os contribuintes pagaram R\$ 14,7 bilhões em novembro em impostos que foram adiados durante a pandemia.

Foram obtidos R\$ 137,1 bilhões com a chamada receita administrada (ganhos com tributos, excetuando valores como aqueles obtidos com royalties de petróleo), um avanço real de 7,1% contra um ano antes.

Já a receita administrada por outros órgãos (onde entram fatores como exploração de recursos naturais e royalties de petróleo, por exemplo) foi de R\$ 2,9 bilhões em novembro. O valor representa um avanço real de 15,7% em relação a um ano antes.

Essa é o quarto crescimento seguido da arrecadação na comparação com iguais meses de anos anteriores. Desde agosto, os números vêm se recuperando, depois de registrarem queda entre fevereiro e julho.

Os números sofrem também com a redução a zero da alíquota do IOF aplicado sobre crédito, medida adotada durante a pandemia para baratear empréstimos e que retirou R\$ 2,3 bilhões da receita em novembro.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 21/12/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 21 de Dezembro de 2020 - 19:53

LDO para o exercício de 2021 e PPA têm regime de prioridade aprovados; Sanches pede vista

por Mari Leal

Em sessão extraordinária, já na noite desta segunda-feira (21), foram aprovados na Assembleia Legislativa a Bahia os requerimentos de prioridade para apreciação da proposta de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2021 – PL nº23.886/2020 - , assim como a revisão do Plano Plurianual do Estado (2020-2023). As receitas previstas para 2021 versam a ordem de R\$ 50,1 bilhões.

A LDO aponta as metas fiscais e as prioridades da administração pública; a estrutura organização dos orçamentos; as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações; as disposições referentes às transferências voluntárias aos municípios e ao setor privado; as disposições relativas à política e à despesa de pessoal do Estado; as disposições sobre alterações na legislação tributária estadual e medidas para incremento da receita e a política de aplicação de recursos da agência financeira estadual de fomento. O projeto deu entrada na Casa em 14 de maio de 2020 e, de acordo com o site oficial da AL-BA, já recebeu 14 emendas.

Os pedidos, encaminhados à Casa pelo líder da base governista, Rosemberg Pinto (PT), foram aprovados com votos contrários de todos os parlamentares do bloco oposicionista. A relatoria da LDO será feita pelo deputado Zé Coca (PP).

O deputado Alan Sanches (DEM) solicitou vista do texto e a discussão que deverá encaminhar a votação do primeiro turno da matéria pode ser iniciada no prazo mínimo de 24h após a aprovação do requerimento. No entanto, a retomada das discussões ocorrerá na quarta-feira (23).

Veículo: Metro1	
Data: 21/12/2020	



Arrecadação de impostos em novembro cresce 7,3% e é a maior desde 2014

Desempenho da arrecadação costuma servir como um dos termômetros para a atividade econômica do país



Foto : Rafael Neddermeyer/ Fotos Públicas

Por Luciana Freire no dia 21 de Dezembro de 2020 · 16:30

A Receita Federal registrou um crescimento de 7,3% na arrecadação de impostos em novembro na comparação com o mesmo mês de 2019. Segundo os números divulgados hoje (21) pelo Ministério da Economia, o resultado de R\$ 140,1 bilhões foi o maior desde 2014, quando o governo arrecadou R\$ 142,3 bilhões, ajustado pela inflação.

Esse também é o quarto mês seguido de variação positiva da arrecadação. Em outubro o governo já tinha registrado uma alta de 9,5%, refletindo o pagamento de tributos adiados durante a pandemia de Covid-19.

O desempenho da arrecadação costuma servir como um dos termômetros para a atividade econômica do país. Em um cenário de economia mais robusta, as indústrias produzem mais, os comércios vendem mais e as famílias compram mais, o que resulta em um aumento na arrecadação do governo.

Veículo: Metro1	
Data: 21/12/2020	



Mercado financeiro eleva para 4,39% a estimativa de inflação em 2020

Estimativa de queda do Produto Interno Bruto (PIB) foi reduzida de 4,41% para 4,40%, segundo boletim Focus, do Banco Central



Foto : Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Por Juliana Rodrigues no dia 21 de Dezembro de 2020 · 10:40

Os analistas do mercado financeiro elevaram a estimativa de inflação para 2020 pela décima nona semana seguida. Segundo dados do boletim Focus, divulgado hoje (21) pelo Banco Central, a previsão passou de 4,35% para 4,39%. Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

Com a alta, a expectativa do mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, continua acima da meta central de inflação, de 4% para 2020. No entanto, a previsão segue dentro do intervalo de tolerância. Neste ano, o IPCA pode oscilar de 2,5% a 5,5% sem que a meta seja formalmente descumprida.

A estimativa de queda do Produto Interno Bruto (PIB) foi reduzida de 4,41% para 4,40%. O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e mede a evolução da economia.

Veículo: Bahia econômica	
Data: 21/12/2020	



GOVERNO PUBLICA MEDIDA QUE REDUZ IMPOSTOS SOBRE INTERNET VIA SATÉLITE



admin 21 Dezembro, 2020

O presidente Jair Bolsonaro editou nesta segunda-feira (21) a Medida Provisória (MP) nº 1.018/2020, que reduz tributos sobre os serviços de internet de banda larga via satélite de pequeno porte.

De acordo com o Ministério das Comunicações, a iniciativa vai gerar um renúncia fiscal de R\$ 4,5 bilhões, entre 2021 e 2030. Em contrapartida, a projeção de investimentos para o mesmo período é de R\$ 8,9 bilhões. Com a publicação, a MP já está em vigor, mas precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional em até 120 dias para não perder a validade.

Segundo a pasta, o serviço VSAT tem o potencial de atender principalmente zonas rurais e outras localidades fora dos centros urbanos, sendo, muitas vezes, a única forma de acesso para à internet para milhares de brasileiros. A expectativa do governo é dobrar o número de estações receptoras, passando dos atuais 350 mil pontos de conexão para 750 mil até 2025. Um estudo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aponta que, com a redução dos tributos, o número de usuários finais atendidos pelo serviço pode chegar a 2 milhões em 2027, quantitativo que representa o dobro do que estava previsto para o aumento do serviço caso não houvesse essa desoneração.

“Em um país com tanta desigualdade no acesso à internet, é o serviço de satélite que consegue fazer esse atendimento nas comunidades mais isoladas. No entanto, era um

dos setores que mais pagavam impostos”, afirma Luiz Otávio Prates, Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélites (Sindsat).

Veículo: Bahia econômica	
Data: 21/12/2020	



PREVIDÊNCIA DA BAHIA CONCEDE QUASE 7 MIL APOSENTADORIAS EM 2020 E BATE RECORDE HISTÓRICO



admin 21 Dezembro, 2020

O governo da Bahia concedeu 6.848 aposentadorias e reservas a funcionários públicos estaduais durante o ano de 2020. O número representa um recorde para a Superintendência de Previdência do Estado.

De acordo com a Superintendência de Previdência, nos últimos 13 anos, houve uma subida consistente na média anual de publicação de atos de aposentadoria. De 2003 a 2006 a média era de 3837. Entre 2007 a 2014, passou para 4655, com um aumento de pouco mais de 21%. Já de 2015 a 2020, a mesma média chegou a 5779, o que representa um incremento de 23,9%.

Foto: Marcello Casal Jr/ Agência Brasil

Veículo: bahia.ba	
Data: 22/12/2020	

bahia.ba

COVID-19

Publicado em 22/12/2020 às 07h32.

Rui anuncia compra de 50 mil testes rápidos para detecção do coronavírus

"A testagem em maior escala e velocidade será essencial neste momento em que enfrentamos a segunda onda de Covid-19", disse o governador da Bahia

Rayllanna Lima



Foto: Fernando Vivas/Gov-BA

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), anunciou nesta terça-feira (22) a compra de mais 50 mil testes rápidos de antígeno para detecção do novo coronavírus, que provoca a Covid-19.

“Ele tem precisão similar ao RT-PCR e o resultado sai em apenas 30 minutos. A testagem em maior escala e velocidade será essencial neste momento em que enfrentamos a segunda onda”, afirmou o gestor, por meio de publicação em suas redes sociais.

De acordo com Rui, a aplicação dos testes rápidos será feita nas UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) e unidades de emergência. Mediante o resultado, o profissional de saúde avalia o quadro do paciente para definir se há ou não necessidade de internamento.

“Estamos fazendo a nossa parte, continue fazendo a sua: use máscara sempre q sair de casa e evite aglomerações”, recomendou o governador.

Veículo: bahia.ba	
Data: 22/12/2020	



ECONOMIA

Publicado em 22/12/2020 às 07h43.

PEC que aumenta repasse a municípios pode ser votada nesta terça-feira

Proposta custará cerca de R\$ 35 bilhões ao governo



Foto: Maryanna Oliveira/ Câmara dos

Deputados

Agência Câmara de Notícias

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), decidiu pautar para esta terça-feira (22), às 18 horas, a PEC 391/17, que aumenta em 1 ponto

percentual os repasses de alguns tributos da União para as cidades, por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A proposta custará cerca de R\$ 35 bilhões ao governo.

Nesta segunda-feira (21), alguns partidos da base governista promoveram obstrução contra a pauta de Maia.

O presidente da Câmara afirmou que caberá ao governo organizar sua base e retirar a proposta da pauta por meio do voto. “Eu concordo com as preocupações fiscais, mas há uma expectativa grande e eu preciso cumprir a minha palavra no último dia de sessões deliberativas”, disse.

Maia afirmou que pautou a proposta a pedido do deputado Júlio Cesar (PSD-PI) e da Frente Parlamentar de Defesa dos Municípios.

“Para ser correto com o governo, como sempre fui e vou continuar sendo, eu vou fazer a seguinte concessão: vou tirar a PEC do dia de hoje, pauto no dia de amanhã, e o governo pode organizar a base para apresentar e aprovar a retirada de pauta.

Assim, não tentam transferir para mim a responsabilidade que é de todos”, disse Rodrigo Maia.

O presidente da Câmara mencionou o desgaste causado após ter sido acusado pelo presidente Jair Bolsonaro de ser o responsável pelo fim do 13º do Bolsa Família.

Obstrução do governo

A sessão desta segunda-feira foi marcada pela obstrução de partidos de centro ligados ao governo Bolsonaro. O deputado Giovani Cherini (PL-RS) disse que os parlamentares não foram ouvidos sobre a pauta e acusou Maia de tentar agradar a esquerda no final do seu mandato por conta do embate com o chefe do Executivo.

“Vossa excelência está contra o presidente, não tem problema, é natural e democrático que faça isso. Agora, usar a Câmara para colocar uma pauta sem discutir com os líderes, sem ser transparente, é muito ruim para o final de mandato”, afirmou Cherini.

PSD, Republicanos, Avante, Podemos e outros partidos se juntaram à obstrução na sessão desta segunda-feira.

Maia rebateu as críticas e afirmou que a PEC teve o primeiro turno aprovado no final do ano passado. “Não foram cinco sessões de espera, foram 12 meses de espera. Eu tenho certeza de que ninguém vai dizer que a colocação da PEC na

pauta significa qualquer surpresa a qualquer parlamentar na Casa”, disse. Ele destacou ainda que todas as propostas pautadas tiveram requerimentos de urgência aprovados por todos.

Veículo: bahia.ba	
Data: 21/12/2020	

bahia.ba

ECONOMIA

Publicado em 21/12/2020 às 21h00.

Arrecadação do governo federal tem recuperação em novembro

Tributos prorrogados no começo da pandemia influenciaram alta de 7,31% no mês passado; no ano há queda real de 7,95%



Foto: Marcelo Casal Jr/Agência Brasil

A arrecadação do governo federal teve alta real de 7,31% em novembro sobre igual mês do ano passado. Os R\$ 140,1 bilhões auferidos foram influenciados pelo

recolhimento de tributos prorrogados no começo da pandemia, segundo balanço da Receita Federal. De janeiro a novembro, entretanto, a arrecadação segue negativa, com queda real de 7,95%.

Foi a quarta melhoria mensal consecutiva. Porém, valor esteve abaixo do projetado no boletim Prisma, elaborado pelo Ministério da Economia com consulta a analistas do mercado. “O que se verifica objetivamente é que a arrecadação reflete outros indicadores que apontam para uma recuperação do nível de atividade econômica”, afirmou, em nota, a Secretaria de Política Econômica. *Fonte: Reuters*

Brasil

Guedes prepara projetos para elevar no curto prazo a arrecadação de impostos

Uma das medidas da chamada '5ª reforma tributária' muda tributação sobre valorização de imóvel

Thiago Resende

BRASÍLIA Para elevar a arrecadação no curto prazo, o Ministério da Economia prepara um projeto para permitir a cobrança de uma taxa pela valorização de imóveis declarados no Imposto de Renda).

A medida faz parte de um pacote que o ministro Paulo Guedes (Economia) tem chamado de quinta etapa da reforma tributária, cuja meta é elevar receitas públicas por meio de mudanças na legislação.

O Congresso ainda não aprovou nenhuma etapa da reforma tributária de Guedes.

Hoje, não é possível atualizar, na declaração anual do IR, o preço do imóvel de acordo com o valor de mercado. Mas, no momento da venda, é necessário pagar uma taxa de 15% a 22,5% sobre a valorização do bem (diferença entre preços de compra e de venda).

Por exemplo, se imóvel foi comprado em 2001 por R\$ 100 mil e vendido em 2020 por R\$ 500 mil, a cobrança será sobre a diferença (R\$ 400 mil), ou seja, a valorização do bem.

A ideia é permitir a atualização do valor do imóvel e já cobrar uma taxa de 4% ou 5% na valorização. A alteração no preço não deve ser obrigatória.

Isso representaria mais receita para os cofres públicos nos próximos anos. Para o contribuinte, seria vantajoso para quem comprou o imóvel há muitos anos e quer vendê-lo.

Integrantes do Ministério da Economia afirmam que, apesar da redução na alíquota, a medida ajudaria a elevar a arrecadação, pois as regras atuais têm brechas para a isenção do tributo sobre o lucro imobiliário, por exemplo, ao usar o dinheiro obtido com a venda para comprar outro imóvel.

Os cálculos sobre potencial de arrecadação dessa medida ainda estão sendo finalizados.

Em maio do ano passado, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou que enviaria ao Congresso projeto de lei capaz de gerar mais receita que a reforma da Previdência, que estava em discussão na Câmara. Depois, a Receita Federal confirmou estudos de um projeto de reavaliação do valor de imóveis para aumentar a arrecadação.

Porém, segundo membros da Economia, o impacto da medida nas contas públicas está muito distante do efeito das novas regras de aposentadoria e pensão, que deve cortar cerca de R\$ 800 bilhões em dez anos em despesas públicas.

A ideia avançou nas últimas semanas e a pasta de Guedes trabalha com uma prévia do texto a ser enviado ao Congresso.

O texto deve prever ainda um regime de regularização de bens imóveis. O objetivo é permitir que quem comprou imóvel de forma lícita, mas não o declarou ou fez a declaração com incorreções, poderá, de forma voluntária, acertar as contas com a Receita; a alíquota deve ser de 15%.

Em outra frente, o governo quer ampliar as negociações com devedores, permitindo o pagamento — com desconto — de débitos com a União.

Chamado de "passaporte tributário", o projeto visa encerrar discussões judiciais concedendo redução no montante devido por empresas.

Guedes avalia que grandes companhias têm poder econômico para adiar o pagamento à União e, por isso, o programa buscaria incentivar a quitação da dívida no curto prazo.

Não está nos planos abrir um novo Refis — parcelamento do débito com desconto. A empresa que aderir ao "pas-

saporte tributário" teria de buscar um financiamento em bancos, por exemplo, para quitar a dívida de uma só vez.

Esse pacote de medidas arrecadatórias tem sido classificado por Guedes e aliados como a quinta fase da reforma tributária. Mas pode ser

anunciado antes de outros itens da reforma.

Até hoje, o governo apresentou formalmente apenas a primeira etapa da proposta. Membros do Ministério da Economia mantêm conversas com congressistas para que as próximas fases sejam

incluídas direto no relatório da reforma, em elaboração pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Apesar do plano para elevar receitas em 2021, o principal desafio da equipe econômica no próximo ano é cortar despesas para não deixar o teto

de gastos estourar. Essa regra, prevista na Constituição, impede o crescimento das despesas acima da inflação.

Com a entrada de mais dinheiro nos cofres públicos em 2021, a contabilidade do governo federal melhora, mas não alivia a pressão sobre o

teto de gastos.

Esse pacote de projetos deve ser apresentado ao Congresso no início do próximo ano. O Ministério da Economia aguarda o resultado da eleição para o comando da Câmara e do Senado, marcada para 1º de fevereiro.

Chegou Safra Invest.

Uma rede de escritórios credenciados com a solidez e segurança Safra.



Daqui pra frente, conte com a experiência de um grupo com mais de 175 anos de história. Onde tiver o Selo Safra de Especialista, tem solidez, segurança e alta performance.

Safra Invest é o Safra ao seu lado.



Acesse safrainvest.com.br

Safra Invest

Agente Autônomo de Investimentos

mercado

PAINEL S.A. | Filipe Oliveira (interino)
painelsa@grupofolha.com.br

Papai Noel

Às vésperas do Natal, redes de lojas lamentam o baixo desempenho das vendas e preveem novas batalhas contra as cobranças de aluguel dos shoppings. A maior queixa é o 13º aluguel que, segundo alguns lojistas, chegou integral junto com o boleto de dezembro. Até o amigo secreto ficou comprometido neste ano porque a prática do home office e a restrição às festas dificultaram a troca de presentes entre colegas de trabalho, afirmam empresários do varejo.

LEBRANCINHA No início da pandemia, quando os shoppings fecharam, os lojistas pediram desconto em cobranças como aluguel e condomínio. Mas o alívio foi reduzido após a reabertura. "O shopping diz que tem direito de cobrar mais esse 13º porque o lojista vende muito no Natal. Mas, neste ano, nós ficamos meses fechados", diz Angelo Campos, diretor da marca de moda MOB.

EMBRULHO Segundo Campos, a expectativa é que as marcas com maior dificuldade para pagar a parcela extra do aluguel entrem na Justiça em janeiro ou fevereiro para contestar a cobrança.

TRENÓ O pior desempenho tem sido observado nas lojas de shoppings perto de centros corporativos, onde o fluxo caiu por causa do avanço do home office neste ano, segundo Viktor Ljubtschenko, diretor da rede de pijamas e lingerie Any Any.

RENA Tinho Azambuja, dono da SideWalk, diz que o faturamento está entre 65% e 70% do total registrado nas mesmas lojas no ano passado. "A maior parte das vendas é de promoções, o que derruba muito a margem", afirma.

VITRINE "Tem dias em que eu vou nas lojas à tarde. Em quatro ou cinco horas entra uma cliente. A gente com a equipe toda lá, e o movimento não acontece", diz Andrea Duca, diretora da marca Gregory.

RELÓGIO Tito Bessa Jr, dono da TNG e presidente da associação de lojistas Ablos, reclama da concorrência do varejo de rua. "A aglomeração não acontece em lojas de shopping, mas nas de rua, por falta de controle de fluxo. Prejudicaram muito mais os shoppings com as restrições de horário e capacidade", diz.

SACOLA Procurada, a Abrasca (associação de shopping centers) diz que situações de desacordo não refletem o apoio dos administradores aos lojistas. A entidade afirma que já abriu mão de R\$ 5 bilhões em aluguéis e outros custos na pandemia, e diz que 95% dos shoppings esperam aumento no fluxo durante a semana do Natal.

TELA O Pixa ainda é visto com desconfiança por 22% das pessoas que compram pela internet, diz pesquisa da Ebit Nielsen com 2.448 pessoas. Dos entrevistados, 30% já fizeram compra com o meio de transferência e 41% esperam usá-lo em compras online no futuro.

FREIO A pandemia fez recuar a participação da informalidade na economia brasileira, segundo cálculo feito pelo ET-CCO (Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial) e pelo FGV Ibre. A economia subterrânea movimentou R\$ 12 trilhões, valor equivalente a 17,1% do PIB neste ano, ante 17,3% em 2019.

EM CASA Paulo Peruchetti, do Ibre, diz que a informalidade cresce desde 2015, seguindo a tendência de reagir primeiro em crises por ser mais flexível. Na pandemia, porém, com muitas atividades não puderam ser realizadas, a economia subterrânea caiu 6,4%.

DINHEIRO NA MÃO Do lado da economia formal, a possibilidade de reduzir jornadas e suspender contratos amor-teceu a queda, afirma Peruchetti. A análise considera os níveis de emprego informal na economia e a demanda por dinheiro em espécie.

BARREIRA O órgão antitruste da Austrália, a ACCC, abriu um processo no Tribunal Federal do país contra a varejista de moda australiana Lorna Jane por ter alegado que as roupas protegiam contra o coronavírus. Segundo a ACCC, as declarações davam a impressão que a promessa era baseada em evidência científica sem que a marca tivesse feito os testes necessários.

VEJA BEM A varejista tem afirmado em sua defesa que está decepcionada com a ação e que se defenderá contra as alegações.

SAIDEIRA A Abear, que representa empresas aéreas, enviou um vídeo nesta segunda (21) a seus parceiros com votos de fim de ano em que faz referência a momentos difíceis que o setor viveu na pandemia. A entidade lembrou que foi útil no transporte de profissionais e equipamentos de saúde e espera iniciar 2021 ajudando a trazer as vacinas da Covid-19.

com Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência dezembro*

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	R\$ 1.045	20%	R\$ 209
Valor máx.	R\$ 6.101,06	20%	R\$ 1.220,21	
MEI (Microempreendedor)	Valor mín.	R\$ 1.045	5%	R\$ 52,25

Assalariado	Alíquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de dezembro vence em 20/01 para empresas; para pessoas físicas, vence em 15/01.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

	Alíquota	Mínimo	Máximo
Empregado	De 7,5% a 14%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7/01. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FCT'S, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário

Arrecadação federal cresce 7,3% com pagamento de impostos adiados

Desconsiderando esse efeito, resultado teria sido uma queda de 4% em novembro; no ano, recuo é de 8% e o menor valor em uma década

Fábio Pupo

BRASÍLIA A Receita Federal registrou uma arrecadação de R\$ 140,1 bilhões em novembro, um crescimento real de 7,3% na comparação com o mesmo mês do ano passado. O aumento foi influenciado pelo pagamento de tributos adiados ao longo do ano devido à pandemia do coronavírus.

Segundo o Ministério da Economia, os contribuintes pagaram R\$ 14,7 bilhões em novembro em impostos adiados durante a pandemia.

Desconsiderando esse número, teria havido queda real aproximada de 4% na arrecadação do mês sobre um ano antes (já descontada a inflação).

Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, afirma que os valores recebidos em impostos diferidos têm ficado abaixo do previsto por fatores como as compensações tributárias, que estão em alta neste ano.

Isso ocorre quando empresas ganham o direito de abater dívidas tributárias com base em leis ou decisões judiciais. As compensações cresceram 61% no acumulado de janeiro a novembro (na comparação com igual período de um ano antes), para R\$ 149,8 bilhões.

Um exemplo de compensação ocorre no caso da retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, que foi concedida às empresas em julgamento do Supremo Tribunal Federal. Apesar de ainda haver espera por julgamento de embargos, as empresas estão obtendo liminares para abater os valores.

Segundo Malaquias, empresas também podem estar abatendo valores acima do que têm direito. Por isso, o Fisco vai avaliar os números e buscar recuperar impostos que não

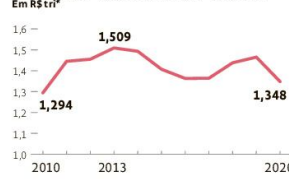
Arrecadação sobe em novembro



Variação contra mesmo mês de 2019, em %



Arrecadação de jan. a nov. em cada ano



*Valores atualizados pela inflação
Fonte: Receita Federal

“Continuamos otimistas”

Claudemir Malaquias
Chefe de centro de estudos da Receita

foram pagos devidamente. “O que a Receita faz é a verificação da correta aplicação da lei e da decisão judicial. Aqueles contribuintes que se aproveitaram dessa decisão [para abater acima do que foi liberado] serão alcançados”, afirma. Outro fator para a diferença entre o previsto e o realmente obtido após os diferimentos foi o fato de o cálculo da Receita ter sido feito em abril

Maia pressiona a governar a pedir retirada de PEC com bomba fiscal

Thiago Resende e Danielle Brant

BRASÍLIA Em demonstração de força na disputa pela sucessão à Câmara, o presidente Rodrigo Maia (DEM-RR) superou tentativa de obstrução à pauta da Casa e jogou sobre o governo a responsabilidade por retirar de votação uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que prevê ajuda a municípios.

Em sessão tumultuada, a base aliada do governo tentou impedir a votação de uma proposta que aumenta os repasses para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A proposta já foi aprovada pelo Senado, em dois turnos, e pela Câmara, em um turno, um ano atrás, por 343 votos a favor e 6 contra. Por ser uma PEC, são necessários 308 votos na Casa, em dois turnos, para o projeto ser aprovado.

A decisão de votar o segundo turno em 2020 fez parte do acordo feito no ano passado para que a proposta fosse votada. O acordo era que a Câmara votaria o primeiro turno, mas deixaria a conclusão para 2020, de forma que os repasses passassem a vigorar apenas em 2021. No entanto, a pandemia da

COVID-19 agravou a situação fiscal do país. A votação do aumento nos repasses a municípios, portanto, pressionaria as contas públicas quando o Ministério da Economia busca o controle de despesas.

Nesta segunda (21), o líder do Novna Câmara, Paulo Ganime (RJ), lembrou do acordo, mas pediu que Maia retirasse a PEC de votação por causa da frágil situação fiscal do país. “O Orçamento da União está quebrado. Sabemos muito disso, inclusive aprovamos na semana passada a nossa LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias], mostrando que o déficit do país só está aumentando”, disse.

Maia disse que concordava, mas que havia se comprometido a votar a PEC. “Como eu deixo a palavra aos deputados, estou dando prazo, tempo suficiente para que o governo organize a base, porque é importante também que a sociedade compreenda como cada um de nós vota”, afirmou.

“Concordo com as suas preocupações, que são as minhas, sobre a questão fiscal”, ressaltou. “Por isso, eu estou abrindo este prazo para que fique claro que o governo tem tempo de organizar a sua base, conseguir

(início da pandemia).

“Os efeitos da pandemia se agravaram e aqueles valores [previstos antes] não se confirmaram. Isso aconteceu em qualquer previsão, não há nada de anormal”, disse.

Os números sofrem também com a redução a zero da alíquota do IOF aplicado sobre crédito, medida adotada durante a pandemia para baratear empréstimos e que retirou R\$ 2,3 bilhões da receita em novembro.

Apesar dos efeitos que afetaram o resultado, os técnicos do Ministério expressam otimismo nas avaliações. Segundo eles, os dados apontam para uma retomada que nos últimos meses começa a ser observada com maior ritmo também no setor de serviços. “Olhando esses números, continuamos otimistas com o resultado da arrecadação. Os indicadores demonstram retomada e crescimento”, diz Malaquias.

Erik Figueiredo, subsecretário de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica, diz que a retomada está ocorrendo de maneira sólida e relembra a perspectiva oficial de avanço do PIB (Produto Interno Bruto) para 2021, de 3,2%. “Acreditamos que em 2021 a economia brasileira vai retornar ao crescimento acima de 3%”, diz Figueiredo.

Esse é o quarto mês seguido que a Receita Federal divulga dados de crescimento na arrecadação na comparação com iguais meses de anos anteriores. Desde agosto, os números vêm subindo (nos últimos meses, impulsionados pelo pagamento de impostos adiados em meses anteriores), depois de registramos queda entre fevereiro e julho.

No mês, foram obtidos R\$ 137,1 bilhões com a chamada receita administrada (ganhos com tributos, excetuando valores como aqueles obtidos com royalties de petróleo), um avanço real de 7,1% contra um ano antes.

Já a receita administrada por outros órgãos (onde entram fatores como exploração de recursos naturais e royalties de petróleo, por exemplo) foi de R\$ 2,9 bilhões em novembro. O valor representa um avanço real de 15,7% em relação a um ano antes.

De janeiro a novembro, o governo registrou uma arrecadação de R\$ 1,32 trilhões. O valor representa uma queda real de 7,95% em relação a um ano antes e o menor valor obtido após o período em 10 anos (já considerando números atualizados pela inflação).

aprovar o requerimento de retirada de pauta e organizar, para o ano que vem, esse apoio aos prefeitos e prefeitãs brasileiros.”

Segundo a Economia, a proposta tem impacto fiscal de cerca de R\$ 1 bilhão no primeiro ano, R\$ 2 bilhões no segundo ano e, a partir daí, R\$ 4 bilhões por ano. Assim, o custo do projeto pode chegar a R\$ 35 bilhões em dez anos.

Aprovação do texto é um ponto de vista para municípios, 21,5% para estados e 3% especificamente para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Na nova regra aumentaria o patamar total a ser repassado para 50% da arrecadação. O ponto percentual a mais, determina o texto, será encaminhado aos municípios.

O pedido para que a PEC seja votada parte principalmente do deputado Júlio Cesar (PSD-PI), que integra um partido da base do governo. No entanto, o PSD e outros siglos do centrão atuaram para impedir a votação. O centrão é um grupo de partidos que se alinhava ao governo após a liberação de cargos e emendas. PSD, PP, PL, Solidariedade, Republicanos, PSC, Avante, Podemos e Patriota tentaram derrubar a sessão desta segunda, sem sucesso.

Rio pode ter repasses bloqueados por inadimplência

Empréstimo de R\$ 4,5 bilhões tomado pelo governo fluminense venceu no domingo

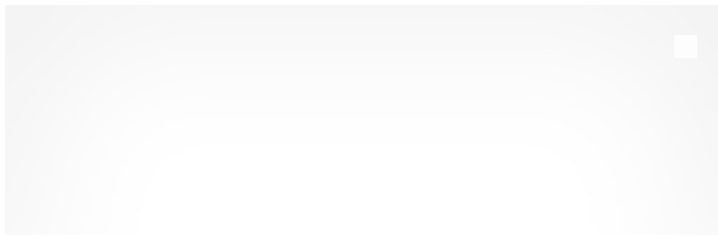
Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

22/12/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

O Estado do Rio de Janeiro corre o risco de ter repasses de recursos federais e até receitas próprias bloqueados se não encontrar uma alternativa para quitar ou ao menos postergar o pagamento de um empréstimo de R\$ 4,5 bilhões que venceu no domingo. Segundo apurou o **Valor**, fracassaram as negociações entre o governo fluminense e o banco BNP Paribas para viabilizar um aditivo ao contrato que prorrogasse o prazo de vencimento da dívida.

Ações da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) são apenas uma das contragarantias às quais a União teria direito como avalista do financiamento tomado pelo Estado do Rio em 2017. As outras duas, previstas em contrato, são as transferências federais e as receitas próprias do Estado (como tributos).

Em nota, o Ministério da Economia informou que “por previsão contratual, o BNP Paribas tem até o dia 24 de dezembro de 2020 para comunicar ao Tesouro Nacional a eventual inadimplência por parte do Estado”. No texto, a pasta esclarece ainda que “após essa comunicação, caso ocorra, o Tesouro Nacional irá realizar o pagamento devido e tomar as providências previstas no contrato.”



Em tese, a União pode executar qualquer uma das contragarantias, sem uma ordem específica, explica fonte que acompanha em detalhes a crise fiscal no Rio de Janeiro. No entanto, se optar por exemplo pelas ações da Cedae, cuja execução demandaria um processo demorado, o governo federal pode ser questionado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O órgão de controle poderia questionar a escolha justamente da garantia “mais difícil” de executar, explica a fonte. “O bloqueio das outras contragarantias poderia se dar de forma imediata já que não exigem nenhuma fase preparatória”, acrescenta.

O possível bloqueio desses recursos teria efeitos catastróficos sobre as finanças do Estado. O déficit orçamentário previsto no projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021 aprovado na semana passada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) é de R\$ 20,3 bilhões.

Procurado por meio de sua assessoria de imprensa para comentar opções em estudo ou em negociação para quitar o empréstimo de R\$ 4,5 bilhões, a Secretaria estadual de Fazenda do Rio de Janeiro não quis comentar o tema. O BNP Paribas também preferiu não se pronunciar sobre o assunto.

A fonte que acompanha o processo de recuperação fiscal do Rio de Janeiro ressalta que a União não poderia se antecipar e pagar a dívida de R\$ 4,5 bilhões do Estado com o BNP Paribas. Também não seria possível o governo federal quitar o débito no dia do vencimento. O prazo terminou oficialmente no domingo (20). “Não havia previsão legal nem contratual para a União realizar o pagamento da dívida no dia”, diz a fonte.

O próximo passo é o BNP Paribas notificar o avalista (União) da inadimplência. O problema, ainda segundo a fonte, é que é improvável que o Tesouro Nacional quite a dívida de R\$ 4,5 bilhões em 2020, uma vez que há uma rotina administrativa para



Por Bruno Carazza

Mestre em Economia e doutor em Direito, é professor do Ibmec... [ver mais](#)

Saúde, paz, união...e reforma tributária

Reforma tributária não vai sair se todos não cederem

21/12/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

Se acreditassem em Papai Noel, certamente a maioria dos empresários brasileiros desejaria o fim da pandemia e uma reforma tributária em 2021.

Enquanto escrevo este texto, às 16:39h de domingo (20/12), o Impostômetro calculado pela Associação Comercial de São Paulo indicava 1,987 trilhão de reais em tributos pagos neste ano - o que indica que provavelmente ao longo desta semana ultrapassaremos a marca de R\$ 2 trilhões arrecadados pelos governos de todos os brasileiros. Trata-se de apenas um de vários indicadores de nossas distorções neste campo.

Reforma tributária não vai sair se todos não cederem

PUBLICIDADE

Pode-se criticar a metodologia de rankings de ambiente de negócios como o Doing Business, do Banco Mundial, ou o índice de competitividade do Fórum Econômico Mundial, mas ninguém discorda que o Brasil seja um dos países que demanda mais tempo e recursos humanos para o cumprimento de todas as exigências tributárias da União, 27 Estados e mais de 5 mil municípios.

Essa complexidade traz consigo uma alta litigiosidade, que congestionava o nosso Judiciário. De acordo com o relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça, apenas no ano de 2019 foram iniciados 5.168.177 novos processos envolvendo impostos, taxas e contribuições - um número que dá a medida da insegurança jurídica no país gerada pelo nosso sistema tributário.

Estimativas de especialistas indicam que em torno de 66% do PIB é alvo do contencioso tributário em nível administrativo (no âmbito das receitas dos três níveis federativos e conselhos de contribuintes) e judicial. São dois terços da produção anual do país que ficam empoçados enquanto não se decide se devem entrar nos cofres do governo ou serem liberados para investimento das empresas.

Qualquer pesquisa que se realize com empresários aponta uma concordância quase unânime de que é necessário reformar todo o sistema, buscando sua simplificação, desburocratização e aumento da competitividade e da transparência - além da redução da carga tributária, é claro.

O problema é que na cartinha para Papai Noel ou nos desejos de Ano Novo do empresariado brasileiro sobram pedidos e faltam compromissos.

Desde 19 de fevereiro uma Comissão Mista do Congresso Nacional discute as propostas na mesa: a PEC nº 45/2019 ("proposta Appy"), a PEC nº 110/2019 (baseada no trabalho do ex-deputado Luiz Carlos Hauly) e o PL nº 3.887/2020, encaminhado pelo ministro da Economia Paulo Guedes.

Ao longo dos últimos meses dezenas de audiências públicas foram realizadas e, a se contar pelas manifestações dos representantes dos principais setores da economia,

os consensos se resumem aos seus objetivos gerais. Quando se desce às medidas concretas, é cada um por si e o diabo (que mora nos detalhes) por todos.

Todos querem simplificação de impostos, mas quando se trata de unificar as alíquotas, querem tratamento especial. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por exemplo, defende alíquotas diferenciadas por atividades e produtos, assim como a manutenção do sistema cumulativo como opcional para empresas que trabalham com lucro presumido e prestadoras de serviços. Ora, se for assim, é claro que nosso carnaval tributário vai continuar.

A Confederação Nacional dos Transportes (CNT) pretende fazer rabanadas sem quebrar ovos. No documento "Pilares para a Reforma Tributária", ele exige que a reforma tributária não apenas mantenha a carga tributária global da economia, como também se comprometa a não elevá-la em nível setorial. Na sua lista de presentes para o bom velhinho há o abatimento de seus gastos com insumos e folha salarial no valor imposto agregado devido, mas tratamento diferenciado na tributação dos negócios em transportes e infraestrutura. Impostos seletivos? Só se forem para não onerar as transportadoras - um dos setores mais poluidores de nossa matriz econômica.

Ideais de justiça e igualdade são valorizados nas mensagens de final de ano, mas quando se trata de reformar o sistema, meu interesse vem primeiro. Em carta aberta enviada ao relator da Comissão de Reforma Tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), 45 associações de produtores rurais listaram os pleitos do agronegócio brasileiro. Entre elas, a manutenção da desoneração da cesta básica, a imposição de alíquota zero para os insumos agropecuários, tratamento especial para as cooperativas e exclusão dos produtores rurais inscritos como pessoa física.

As entidades filantrópicas, por sua vez, querem continuar a fazer o bem com o chapéu alheio. Um grupo de onze organizações representativas de entidades religiosas, de educação e saúde que se beneficiam de isenções fiscais lançou um manifesto contra a "taxação da solidariedade". As intenções são as melhores possíveis, mas nenhuma palavra se vê sobre a necessidade de se separar o joio do trigo e dar o tratamento correto a atividades lucrativas travestidas de assistencialismo.

Numa velha tirinha do cartunista Bill Watterson, o garoto Calvin, de 6 anos, se pergunta como o Papai Noel consegue pagar os duendes e os brinquedos que ele distribui. Seu tigre de estimação, Haroldo, arrisca uma resposta: endividando-se. O lobby em prol da desoneração da folha de pagamentos, que une setores tão díspares quanto a construção civil e a indústria de tecnologia da informação e o varejo, recebeu seu presente de Natal antecipado em novembro. “O problema é que, mais cedo ou mais tarde, a farra acaba e aí como é que eu fico?”, pergunta Calvin diante da perspectiva de ficar sem presentes no futuro.

Para terminar este texto pré-natalino com um pouco de poesia, fica a dica de Drummond para o empresariado brasileiro (e para cada um de nós): “Para ganhar um Ano Novo que mereça este nome, você, meu caro, tem de merecê-lo, tem de fazê-lo novo. Eu sei que não é fácil, mas tente, experimente, consciente. É dentro de você que o Ano Novo cochila e espera desde sempre”.

Bruno Carazza é mestre em economia, doutor em direito e autor de “Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro”. Escreve às segundas-feiras

E-mail: bruno.carazza@gmail.com

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Mau hálito persistente: é isto que você deveria fazer todos os dias
HALI PURE

LINK PATROCINADO

2020: Nova descoberta firma rosto flácido em casa
DIATENA

LINK PATROCINADO

Melasma tem solução: Anvisa libera fórmula que clareia mancha em casa
MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Se você ver ondas quadradas no oceano imediatamente sair da água

Novos ventos para a reforma tributária em 2021

A pandemia intensificou injustiças de classe, raça e gênero. É impensável que o debate atual siga alheio a essa realidade

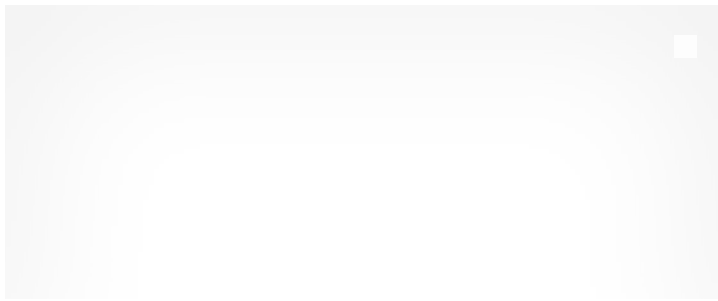
Por Tathiane Piscitelli

21/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A impossibilidade de reeleição do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, alterou os rumos da reforma tributária. Ao longo deste ano, a predileção da Câmara esteve com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, que unifica diversos tributos sobre o consumo no IBS, imposto sobre bens e serviços, de alíquota uniforme. Nas últimas semanas, o cenário mudou: fala-se da aprovação, ainda neste ano, do Projeto de Lei (PL) nº 3887/2020, enviado pelo governo federal, que unifica o PIS e a Cofins pela criação da CBS, contribuição sobre bens e serviços. A pretensão de Maia parece ser a aprovação de alguma reforma, seja ela qual for.

Ainda que a aprovação da CBS seja pouco crível até o fim do ano, é razoável supor que o PL 3887 volte para o centro do debate sobre a reforma tributária em 2021, especialmente à luz da possível eleição de Arthur Lira, aliado do governo federal. Convém então avaliar os impactos prováveis da aprovação de tal contribuição, inclusive da perspectiva de sua constitucionalidade.

A pandemia intensificou injustiças de classe, raça e gênero. É impensável que o debate atual siga alheio a essa realidade



Desde logo, destaque-se que melhorias na legislação do PIS e da Cofins são positivas. A definição do conceito de insumo para fins da apropriação de créditos no regime não cumulativo é um dos grandes debates no contencioso tributário atual e, conseqüentemente, causa de insegurança jurídica para os contribuintes. Desse modo, a ampliação do direito à apropriação de créditos e mesmo a prevalência do regime não cumulativo não são escolhas ruins em si mesmas: podem ser bem-vindas e adequadas para maior racionalidade do sistema tributário.

Porém, a CBS não cumpre com esse intento, por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, há incongruências graves no PL quanto à delimitação do fato gerador da contribuição incidente no mercado interno e a possibilidade de apropriação de créditos. Apesar de a exposição de motivos e os documentos divulgados pelo governo federal enunciarem que a contribuição adota a não cumulatividade plena, o artigo 9º do PL vincula o direito a crédito às aquisições (e, portanto, operações de compra e venda) de bens e serviços.

Dois conseqüências daí decorrem: ou bem não estamos diante de uma contribuição que incide sobre a receita decorrente das atividades empresariais da pessoa jurídica, independentemente da denominação adotada (a exposição de motivos fala em “faturamento empresarial”), ou então a não cumulatividade não é tão ampla quanto sustentam os defensores do PL, e se restringe às operações mencionadas no artigo 9º. Já há, neste ponto, argumentos que certamente resvalarão em grande contencioso.

Em segundo lugar, a alíquota de 12% prevista para a contribuição onera demasiadamente o setor de serviços que, diferentemente do comércio e da indústria, possui poucas oportunidades de apropriação de créditos. Com exceção das instituições financeiras, não há qualquer ponderação no PL quanto ao aumento abrupto da carga tributária desse setor, que já está combalido pela pandemia. Saídas possíveis nesse caso seriam um período de transição mais longo aplicável às

prestadoras de serviços; atribuição de alíquotas diferenciadas e menores, para compensar os poucos créditos passíveis de apropriação; ou mesmo um regime próprio para o setor.

Dessa forma, se de fato o parlamento voltar-se ao PL nº 3887, com o abandono de propostas de reforma tributária que mexem na distribuição das competências tributárias (e que, por isso, encontram sérios obstáculos à luz do federalismo, como é o caso das PECs nº 45 e nº 110), uma ampla discussão sobre seus termos terá de ser feita para aparar essas arestas.

Ao lado disso, faz-se fundamental que o governo federal enfim apresente todos os projetos que comporão o que Paulo Guedes tem chamado de proposta de reforma tributária do governo federal. Isso contempla não apenas a CBS, mas também a desoneração da folha de salários e as alterações na tributação da renda. Medidas como essas são necessárias e mais oportunas que propostas estruturais concentradas exclusivamente no consumo. Tal caminho teria o mérito de ampliar o debate, para incluir elemento fundamental e comumente esquecido: a relação entre tributação e desigualdades sociais, a maior chaga de nossa sociedade.

A pandemia que vivemos intensificou injustiças de classe, raça e gênero. É impensável que o debate atual siga alheio a essa realidade e volte-se apenas à unificação e à simplificação de tributos. Os novos ventos de 2021 devem servir de oportunidade para uma reforma tributária que faça jus às necessidades do país em todas as suas dimensões. É preciso considerar nossa sociedade amplamente - os setores econômicos diversos, os vários entes federativos, os contribuintes em toda sua diversidade - e pensar a tributação a partir dessa realidade. O governo federal pode ter protagonismo nessa pauta. Basta que queira efetivamente enfrentar a nossa maior disfuncionalidade: as profundas desigualdades sociais que o sistema tributário alimenta, e que dele se alimentam.

Tathiane Piscitelli é professora da FGV Direito SP, doutora em Direito pela Universidade de São Paulo e presidente da Comissão Especial de Direito Tributário da OAB-SP

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Com essa dica simples você poderá acabar com o queijo duplo, a famosa papada! Veja como é possível.

HARMONIZE FACE

LINK PATROCINADO

Mau hálito persistente: é isto que você deveria fazer todos os dias

HALI PURE

LINK PATROCINADO

Doutora revela: "Você pode resolver suas rugas em casa" (veja como)

DIATENA

LINK PATROCINADO

Peças de reposição com qualidade.Você encontra na Rede Mercedes-Benz.

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Melasma tem solução: Anvisa libera fórmula que clareia mancha em casa

MELAN-FREE

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Vale, Braskem, Suzano, Weg, Azul, Alliar, Tenda e mais: veja destaques de empresas

VALOR INVESTE

Usiminas vai pagar R\$ 118,6 milhões em acordo com o Cade

Arrecadação sobe menos que o esperado em novembro

Alta de 7,31% foi a quarta consecutiva em relação ao mesmo período do ano passado

Por **Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro** — De Brasília

22/12/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas



Claudemir Malaquias, da Receita: atividade sustenta trajetória de recuperação — Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

A arrecadação federal chegou a R\$ 140,1 bilhões em novembro, um avanço real de 7,31% sobre igual mês de 2019. Foi o quarto resultado consecutivo acima do registrado no ano passado. No entanto, o desempenho ainda é insuficiente para compensar a queda ocorrida no período mais agudo do isolamento social. No acumulado do ano, o resultado está 7,95% menor do que o observado no mesmo período de 2019.

O resultado veio 6,6% abaixo do previsto pelo mercado nas projeções captadas na pesquisa Prisma Fiscal. A Secretaria de Política Econômica (SPE) considera que erros são esperados porque a pandemia dificulta fazer previsões.

Tal como vem ocorrendo desde julho deste ano, o volume de tributos pagos por meio de compensação de créditos que o contribuinte detém contra o fisco veio bem acima do observado em 2019. Em novembro, essas operações atingiram R\$ 18,6 bilhões, um valor 95,7% maior que o de igual mês em 2019. O pico foi visto em outubro, com R\$ 23,3 bilhões. No ano, as compensações estão 60,5% maiores que no ano passado.

A principal explicação para esse crescimento é a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. É uma conta que pode chegar a R\$ 250 bilhões, informou o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias. Embora o julgamento ainda não tenha sido concluído, contribuintes estão obtendo na Justiça o direito de antecipar a utilização dos créditos.

“O volume das compensações tributárias que estamos visualizando significa que está havendo apuração de imposto devido”, disse. Ele acrescentou que, se o fato gerador está ocorrendo, é porque “a atividade econômica está sustentando trajetória de recuperação”.

Malaquias disse ainda que pode estar ocorrendo concentração no uso de créditos referentes a vários anos. E informou que a Receita vai verificar se as compensações foram feitas corretamente.

Como os créditos servem para quitar outros tributos, as compensações acabam distorcendo os dados da arrecadação.

Questionado sobre a queda real de 6,82% no Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos do trabalho em novembro, Malaquias informou que o dado não necessariamente reflete o que ocorre no mercado de trabalho, pois as empresas podem ter utilizado créditos para quitar o tributo. Compensações também explicam a queda real de 84,6% na Cide-combustíveis.

Por outro lado, Malaquias considera factível recuperar até o fim do ano os R\$ 62,882 bilhões em tributos diferidos (que tiveram pagamento adiado) em razão da pandemia. Acredita que poderão ser pagos, em parte, por meio de compensação.

Em novembro, o recolhimento de tributos diferidos chegou a R\$ 14,8 bilhões, quando eram esperados R\$ 24 bilhões. Malaquias atribuiu a diferença à defasagem da estimativa, que foi feita no início da pandemia, quando não se esperava um impacto tão forte da crise sanitária sobre a atividade.

No mês passado, houve ainda um recolhimento atípico de R\$ 1,2 bilhão em IRPJ e CSLL. Segundo Malaquias, alienações societárias são a explicação.

Excluídas as compensações tributárias, as receitas atípicas e o efeito de medidas adotadas devido à pandemia, a arrecadação estaria 4,17% maior, em termos reais, que em novembro de 2019. No acumulado do ano, o crescimento estaria em 2,59%. “Isso demonstra a trajetória ascendente da recuperação da atividade.”

A expansão do Produto Interno Bruto (PIB) no quarto trimestre foi o retrato apresentado pelo subsecretário de Política Fiscal da SPE, Erik Faria. Ele aponta para dados de recuperação da atividade, com destaque para a indústria. Mesmo no setor de serviços, em que a retomada é mais lenta, há sinais positivos. Consumo de energia elétrica e produção de automóveis também reforçam os sinais de retomada.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!

'Problema fiscal e incerteza econômica afetam investimento'

Para o economista Alberto Ramos, diretor do Goldman Sachs, o país tende a voltar à toada de crescimento medíocre se não aprovar reformas de "bom conteúdo"

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

22/12/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas





Alberto Ramos, do Goldman Sachs: sem reformas que tornem a economia mais eficiente voltaremos ao crescimento medíocre — Foto: Claudio Belli/Valor

A retomada da economia brasileira em 2021 terá uma parte fácil, acionada pela simples normalização da atividade, mas, depois da recuperação cíclica, o país tende a voltar à toada de crescimento medíocre se não aprovar reformas de “bom conteúdo”, diz Alberto Ramos, diretor de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs. Para ele, o desafio que se impõe no próximo ano é o mesmo enfrentado nas últimas duas décadas: a questão fiscal não deve ser totalmente resolvida, o que atrapalha a vinda do “crescimento difícil”, com origem no investimento.

“O país tem dois problemas centrais: o pandêmico e o endêmico. O problema pandêmico é a covid, que se resolve com o tempo e com uma vacina. O endêmico é o dos últimos 20 anos, um problema estrutural de crescimento baixo, investimento baixo, poupança baixa”, afirmou Ramos em entrevista ao **Valor**. Em suas estimativas, o PIB brasileiro terá expansão de cerca de 4% em 2021, o que considera um número “razoável”. Destes, três pontos percentuais devem ser garantidos pelo carregamento estatístico deixado pelo segundo semestre de 2020, quando houve uma retomada em “V” da economia.

Do lado positivo, o Brasil terá a ajuda de um ambiente externo favorável em ao menos parte de 2021, diz Ramos, com dólar fraco, cotações de commodities mais elevadas, política monetária “extraordinariamente acomodativa” dos bancos centrais

das economias avançadas e otimismo trazido pela vacina. Na economia doméstica, segundo ele, o maior impulso virá da normalização de setores bastante afetados pela pandemia, como os serviços, com um segundo semestre mais forte após a imunização em massa da população.

A trajetória das contas públicas, porém, seguirá no centro do debate nos próximos anos, avalia o economista, que vê o Brasil como um dos países com situação fiscal mais preocupante no continente, ao lado de Argentina e Equador. Deve haver alguma melhora do risco fiscal em 2021, porque reformas serão aprovadas, mas o alívio esperado é pequeno, avalia Ramos. “Infelizmente não espero grandes avanços e reformas. Espero que passe alguma coisa, mas com conteúdo relativamente aguado, fraco.”

Confira a seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: *O PIB brasileiro deve ter queda de 4,5% em 2020 pelas suas projeções, mais modesta do que o recuo de 7,2% previsto para o PIB da América Latina, graças à grande dose de estímulos feita pelo governo. Essa “vantagem” do Brasil em relação a seus pares se mantém na retomada em 2021?*

Alberto Ramos: A economia brasileira vai contrair menos do que a média da América Latina, mas é uma contração de 4,5%, depois de gastar mais de 8% do PIB. A gente gastou o que pôde e o que não pôde para ter uma contração menor. Outros países vão contrair mais, mas também não se endividaram. Depois vai vir pela frente um ajuste fiscal mais severo do que em outras economias. A gente resolveu dar algum apoio em 2020, mas vai pagar em prestações nos próximos anos. Vai retirar algum potencial de crescimento e diminuir um pouco o crescimento nos anos vindouros para que se faça essa consolidação fiscal que ficou mais urgente e mais difícil. O México vai cair 8,9%, o dobro do Brasil, mas não gastou 8% do PIB; gastou menos de 1% do PIB. É o mesmo que dizer que você foi a um restaurante e o Brasil teve uma refeição melhor que todo mundo, mas pagou o dobro. É uma questão de custo-benefício.

Valor: *Que desafios isso coloca para o crescimento do Brasil em 2021?*

Ramos: O mesmo dos últimos 20 anos. Há que separar duas coisas. Uma é o crescimento da retomada. Este é fácil. Há muita margem de ociosidade na economia, setores de serviços continuam sendo muito afetados pela pandemia. À medida que a situação da covid-19 for melhorando, e com a eventual aprovação de uma vacina e um programa de vacinação da população em geral no segundo semestre, você pode continuar a remover algumas das restrições que ainda existem à movimentação e à atividade. Isso acaba por libertar a energia contida de alguns setores que estão operando bem abaixo do normal, como turismo e redes culturais e esportivas. Isso será uma função direta da rapidez e competência de lidarmos com a pandemia, e se aplica ao Brasil e a todos os outros países. Quando se esgotar essa energia contida, a gente vai ter que andar pelas próprias pernas. Aí é que vem o crescimento mais difícil, que é o que vem com o investimento, e o Brasil continua com o crescimento potencial bastante limitado, com a questão fiscal não resolvida de todo. As decisões de investimento de médio e longo prazo continuam muito contraídas pela incerteza econômica e pela vulnerabilidade fiscal.

“

As reformas têm um benefício cumulativo e gradual, não são a bala de prata que você faz e tem um festival de crescimento”

Valor: *O que pode ajudar o crescimento no próximo ano?*

Ramos: 2020 teve duas metades. A primeira, em que a atividade contraiu a um nível recorde, e depois uma bela de uma recuperação em “V” que veio da combinação da retirada das restrições à mobilidade e de uma dose massiva de estímulos fiscal e monetário. Isso gera um carregamento estatístico de quase três pontos do PIB para 2021. Ou seja, mesmo que o PIB não crescesse nada em 2021, já cresceria em média 3% no ano só pelo efeito estatístico. Vamos atravessar um primeiro semestre de crescimento relativamente modesto, que acelera no segundo semestre com efeito benéfico da vacina, e também porque o Brasil vai operar em 2021 num entorno externo relativamente favorável. Mas neste momento o país tem dois problemas centrais: o pandêmico e o endêmico. O problema pandêmico é a covid, que se resolve com o tempo e com uma vacina. O problema endêmico é o dos últimos 20 anos, um problema estrutural de crescimento baixo, investimento baixo, poupança baixa. Esse problema endêmico continua em 2021, 2022, 2023... A não ser que a

gente aprove reformas que tornem a economia mais eficiente, mais flexível, que resolvam o problema fiscal. Senão, depois dessa recuperação, voltaremos a essa toada do crescimento medíocre.

Valor: *Como será o ambiente para aprovação de reformas em 2021?*

Ramos: O Congresso vai para o recesso até fevereiro. Depois há eleição para a liderança da Câmara e do Senado. Vamos ver como fica a governabilidade depois deste processo. Depois se abre uma janela de oito meses para aprovar algumas reformas e seria importante que elas de fato avançassem e fossem robustas, porque não vale a pena aprovar uma reforma se o conteúdo dela for muito frágil, fraco. Este é meu temor, que se aprove uma reforma tributária meia dose, minimalista, que se aprove uma reforma administrativa que faça pouca diferença em termos de ajuste fiscal. Se a gente não avançar nessa agenda, no melhor dos casos, a gente volta ao equilíbrio de crescimento medíocre. No pior dos casos, pode haver uma crise de proporções maiores.

Valor: *Se essas reformas forem feitas, podemos sair desse crescimento medíocre já em 2022?*

Ramos: As reformas têm um benefício cumulativo e gradual. Não é uma bala de prata que você faz as reformas e tem um festival de crescimento em 2022. Mas ajudaria. Se durante 2021 aprovasse algumas reformas com conteúdo bastante bom, isso melhoraria muito os indicadores de sentimento, as condições financeiras domésticas ficariam mais expansivas, porque o câmbio apreciaria, o spread de crédito cairia, a taxa longa de juros também, e isso poderia levar a uma aceleração do crescimento. Poderia sim dar um belo impulso já em 2022 e para frente.

Valor: *Voltando um pouco a 2021, o sr. disse que estima que o carregamento estatístico de 2020 para o ano seguinte será de cerca de 3%. Isso significa que o crescimento marginal será muito baixo?*

Ramos: Não, é razoável. Estamos estimando crescimento entre 3,8% e 4% para 2021. Vem um primeiro semestre em que não há ainda o efeito da vacina e você vai ter uma contribuição negativa da política fiscal, pelo fato de alguns desses

programas terminarem no fim de 2020, ou se continuarem, continuam por mais alguns meses e eventualmente acabam. Então tem um período de crescimento relativamente modesto no primeiro semestre, acelerando no segundo.

Valor: *Com a retirada do auxílio emergencial, pode haver alta muito forte do desemprego? E qual o impacto no PIB do primeiro trimestre?*

Ramos: Não necessariamente pode haver retração do PIB no primeiro trimestre. Não é o nosso cenário. A economia está normalizando, a atividade está voltando. A gente não pode viver de assistencialismo para sempre. Não é um equilíbrio saudável e para além do mais nós não temos condição de suportar financeiramente esse custo. Mas a esperança é que, conforme a economia continua a recuperar, também aumentam as oportunidades de emprego e renda. A própria dinâmica da recuperação da economia acaba por criar condições para que a população gere sua própria renda através de emprego e atividades sem necessitar da muleta fiscal das transferências.

Valor: *Em seu último relatório sobre a região, o sr. afirma que as questões fiscais permanecerão no centro do debate da política econômica no continente, com vários graus de preocupação entre investidores. Como está o Brasil nessa escala de preocupação?*

Ramos: Os três países que mais preocupam seriam Argentina, Equador e Brasil. E não é na companhia desses países que o Brasil quer estar. Um é uma economia dolarizada com problema com o FMI. O outro é uma economia semi-dolarizada, com problemas seríssimos, que acabou de dar um calote da dívida e está em negociação com o FMI. O Brasil tem um pouco mais de margem de liberdade para lidar com o problema fiscal, porque não tem a restrição de funding do déficit que esses dois países têm. O Brasil tem um mercado local profundo e bastante líquido, que ajuda bastante. Mas não é que um déficit fiscal elevado não tem implicações macroeconômicas negativas. O Brasil está com uma dívida pública que vai chegar no 90% e pico [de PIB], com sete anos consecutivos de déficit primário e pelo menos mais três anos de déficit pela frente. Vamos chegar a um ponto em que a gente vai ter que mudar de regime fiscal, ou o regime acaba conosco.

“

O Brasil teve uma refeição melhor que todo mundo [em 2020], mas pagou o dobro. É uma questão de custo-benefício”

Valor: *Na sua avaliação, o governo vai conseguir voltar ao regime de consolidação fiscal?*

Ramos: Não sei, mas que deveria, deveria. Olhando para trás, não dá para ficar muito esperançoso, porque a coisa tem ficado muito devagar e a questão fiscal já vem desde o governo Dilma Rousseff. Se vai dar conta ou não, eu sempre repito que é uma responsabilidade compartilhada entre Congresso e governo. O que eu espero? Infelizmente não espero grandes avanços e reformas. Espero que passe alguma coisa sim, mas com conteúdo relativamente aguado, fraco. Uma reforma tributária, mas que não seja aquela que a gente necessita. Uma reforma administrativa com alguns pontos, mas não com outros. Acho que passa alguma coisa para evitar uma crise fiscal, mas não o suficiente para liquidar a questão fiscal. Infelizmente acho que a gente ainda vai continuar a falar da questão fiscal no país por vários anos.

Valor: *O risco fiscal permanecerá elevado então no ano que vem...*

Ramos: Pode até melhorar um pouco na margem, não é que nada acontece. Mas pensando em mudança de regime fiscal, em reformas que criam um caminho credível, que vão levar ao superávit primário, que põem a dívida em uma trajetória descendente, em um tempo relativamente curto... Acho que isso não acontece.

Valor: *Quando a relação dívida/PIB deve se estabilizar?*

Ramos: Não tenho ideia. Acho que, no melhor dos casos, daqui a dois ou três anos.

Valor: *Ainda no seu último relatório, o sr. aponta que a dinâmica da covid-19 se deteriorou no continente nas últimas semanas e o número de novos casos está se aproximando dos recordes atingidos em agosto, com piora acentuada no Brasil. Esse seria um grande risco à retomada da economia brasileira?*

Ramos: Sem dúvida. Diria que é o principal risco. Que essa segunda onda de covid leve a algum retrocesso no processo de reabertura da economia. Ou que mesmo que não haja retrocesso na reabertura, as pessoas fiquem mais defensivas, com medo do vírus, e diminuam a mobilidade, o que impacta a atividade. No curto prazo o maior risco é a gente potencialmente ter que lidar com uma segunda onda bem intensa antes que chegue a vacina.

Valor: *O sr. prevê alta de 3,7% para o IPCA em 2021, mas a inflação média no ano seria mais alta, de 5,5%. A dinâmica inflacionária ainda será preocupante?*

Ramos: Sim e não. A inflação acelerou muito no último trimestre de 2020, então as taxas anuais de inflação vão se manter bastante altas no primeiro semestre. É possível que a inflação anual seja de 6% em maio. A gente vai terminar 2020 com a inflação de alimentos rodando a 21%. A inflação de alguns produtos industriais também acelerou por uma questão de demanda aquecida pelas transferências e algumas dificuldades com estoques e produtos intermediários. Esses dois problemas em princípio se resolvem durante 2021. A inflação de alimentos provavelmente se modera bastante e a demanda por alguns produtos industriais também normaliza, porque as pessoas não vão comprar mobiliário ou algum tipo de equipamento para trabalhar de casa uma segunda vez. E a composição de estoques e problemas na cadeia de produção pela falta de insumos também normalizam. Aí, ficamos com uma inflação guiada pelo hiato do produto e pela margem de ociosidade no mercado de trabalho, que é muito significativa. O Brasil não tem neste momento um problema de inflação. Tem inflação alta por esses dois choques e ano que vem talvez um pouco de aumento de preços administrados, e alguma pressão de inflação de serviços com a normalização da economia. Mas é uma inflação que vai ficar próxima da meta de 3,75%.

Valor: *O que essa trajetória aponta para a política monetária?*

Ramos: Não é por aí que o Banco Central tem que normalizar a política monetária, que está extraordinariamente acomodativa. À medida que a economia vai normalizando, não é necessário manter a política monetária a este nível. À medida que o Banco Central começar a mirar 2022, com meta de inflação de 3,5%, começa a ser hora de subir o juro um pouquinho, gradualmente. Não é o Banco Central

afobado ter que correr e dar um choque de juros. A política monetária ainda será estimulativa em 2021.

Valor: *Quando o BC começaria a subir a Selic e para que nível?*

Ramos: Temos o Banco Central começando no segundo semestre, para 3%. O risco é que comece mais cedo e suba mais, dependendo de como evoluir a questão fiscal e a própria inflação. Como a inflação acelerou muito, afetou o risco de criar efeitos de segunda ordem.

Valor: *O real deve se apreciar no próximo ano?*

Ramos: O dólar fraco pode dar algum impulso positivo ao câmbio. Se passassem boas reformas, o real teria um grande potencial de apreciar. Projetamos que a taxa de câmbio termine 2020 em R\$ 5,10 e 2021 em R\$ 4,80.

Valor: *Em que medida o ambiente externo será favorável às economias latino-americanas em 2021?*

Ramos: Já estamos nos beneficiando dele. Vamos terminar o ano com o entorno externo bem favorável e acho que isso continua por mais alguns meses, ainda que não necessariamente o ano inteiro. O ambiente de dólar fraco traz uma visão relativamente construtiva para preços de commodities, e quase todos os países [da América Latina] são exportadores de alguma commodity. A manutenção de uma política monetária extraordinariamente acomodativa pelos bancos centrais das economias avançadas favorece o fluxo de capital e capacidade de o setor corporativo captar recursos fora. E vemos uma retomada do PIB global, com a vacina acelerando o crescimento e o fluxo de comércio. Na projeção do Goldman Sachs, o crescimento global será de 6,3% no ano que vem, acima do consenso de mercado. Estamos bastante otimistas, com a expectativa de que a vacina vai fazer uma grande diferença.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

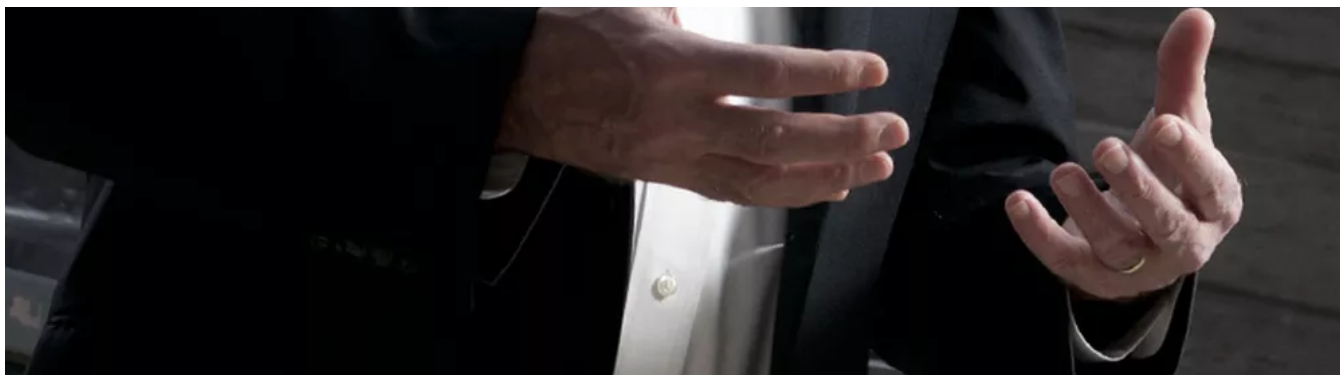
Em 2021, política fiscal terá papel principal no suporte à economia

Após injeção global de US\$ 25 tri como resposta à pandemia, estímulos de BCs e governos tendem a ceder

Por **Gabriel Roca, André Mizutani e Rafael Vazquez** — De São Paulo

21/12/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas





Ethan Harris, do BofA: bancos centrais já fizeram cerca de 95% do que podiam — Foto: Silvia Costanti/Valor

A pandemia do novo coronavírus colocou o ano de 2020 na história, não só por provocar uma das maiores crises sanitárias do planeta, mas por exigir uma resposta rápida e vigorosa de governos e bancos centrais sem precedentes: a injeção de US\$ 25 trilhões, entre políticas monetárias e fiscais, segundo levantamento do Bank of America (BofA). Em 2021, os estímulos tendem a ser menores, até por conta da expectativa de avanço da vacinação no mundo, mas caberá à política fiscal o papel fundamental, especialmente no curto prazo, de evitar uma desaceleração ainda mais forte da economia no início do ano.

Especialistas consultadas pelo **Valor** apontam que os bancos centrais vão ter um protagonismo menor no suporte à economia no ano que vem. Com juros perto de zero ou negativo nas principais economias do mundo e programas de compras de ativos bastante elevados, eles estão ficando “sem munição”.

Países do G-20 já injetaram US\$ 21,9 tri

Estímulos fiscais e monetários na pandemia, em US\$ bi

	Estímulo fiscal	Estímulo monetário	% PIB
Japão	1.832,60	1.452,50	63,70
Itália	972,6	188,2	58,00
Alemanha	1.722,20	361,8	54,20
Reino Unido	678,4	495,5	41,60
França	761,6	254,6	37,50
EUA	2.842,0	3261,8	28,10
Canadá	267,7	205	27,2

União Europeia	2.133,00	1.720,40	21,10			
Austrália	197,00	40,7	20,80			
Índia	486,7	49,6	16,70			
Coreia do Sul	222,7	1,2	14,00			
Turquia	89,3	-	12,00			
Brasil	199,3	10	11,20			
México	11,2	94,0	8,30			
China	904,2	251,1	8,20			
África do Sul	26,3	-	7,30			
Indonésia	76,2	-	6,90			
Argentina	23,1	-	4,50			
Arábia Saudita	21,00	13,3	4,40			
Rússia	55,3	-	3,30			
FMI	200,0	-				
Banco Mundial	12,0	-				

Fonte: Bank of America - OBS: Esta tabela tem originalmente 97 países, mais FMI, União Europeia e Banco Mundial

Na avaliação do chefe de economia global do BofA, Ethan Harris, mais apoio por parte dos governos é fundamental no curto prazo, já que ele estima que os bancos centrais fizeram cerca de 95% do que podiam. “Você precisa de uma ponte para lidar com essa última rodada da crise de covid-19. E não podemos contar com os bancos centrais para fazer este trabalho. Eles estão com pouca munição”, diz.

PUBLICIDADE

A relevância do debate sobre uma nova rodada de suporte governamental à economia ficou evidente nas últimas semanas, quando os investidores globais

acompanharam de perto as negociações por um novo pacote de estímulos fiscais em Washington. Atualmente, a proposta que está sendo discutida alcança os US\$ 900 bilhões, e inclui uma nova rodada de pagamentos em dinheiro para os americanos, além dos pagamentos semanais de US\$ 300, herdados dos projetos anteriores.

Harris diz que a ausência da aprovação de novas medidas de estímulo nos EUA pode provocar uma contração econômica no primeiro e no segundo trimestre de 2021. Na Europa, que já deve registrar uma retração no quarto trimestre devido às medidas para conter a pandemia, a fraqueza econômica pode se estender para o primeiro trimestre do ano que vem, caso medidas fiscais não sejam aprovadas no continente.

“A questão aqui é concluir o processo de recuperação e fornecer uma ponte para um período de maximização. As principais economias do mundo estão enfrentando um período de fraqueza econômica, com o inverno no Hemisfério Norte, a escalada real da pandemia e mais medidas de contenção acontecendo”, afirma.

A visão de protagonismo da política fiscal é compartilhada pela estrategista global do J.P. Morgan Asset Management, Gabriela Santos. De acordo com ela, são os governos que precisam aprovar seus estímulos agora, porque os bancos centrais já fizeram o que podiam. “O [Federal Reserve] não consegue tapar esse buraco, porque ele não tem as ferramentas necessárias. O próprio presidente do Fed, Jerome Powell, tem dito isso várias vezes nos últimos meses”, diz.

No mesmo sentido, a estrategista-chefe de renda fixa nos EUA do Société Générale, Subadra Rajappa, afirma que o Fed não conseguiria substituir o espaço deixado para trás pela política fiscal. “A questão é o que o Fed pode fazer, e o quão efetivo isso seria. Eles têm muitas ferramentas à disposição, mas a questão é se elas serão efetivas para ajudar a economia com o que ela está enfrentando neste momento. Anunciar mais QE [afrouxamento monetário] ou a extensão das compras de ativos não ajudaria de maneira significativa as pessoas que estão desempregadas neste momento.”

Apesar da expectativa de um começo de 2021 ainda com a crise pesando sobre as economias, o início da vacinação maciça nos países desenvolvidos deve contribuir para uma recuperação mais sustentada nos principais mercados do mundo. Com as perspectivas de um crescimento mais robusto e níveis de inflação ainda muito deprimidos por conta do choque provocado pela pandemia, o ano deve ser de relativa tranquilidade para os principais BCs do mundo.

De acordo com Gabriela, do J.P. Morgan, a economia não deve receber mais um empurrão vindo de estímulos em 2021, “mas isso é diferente de retirar o apoio”. Ela diz acreditar que, para os bancos centrais das economias desenvolvidas, o suporte monetário não deve ser retirado até pelo menos 2024, que é quando devem acontecer os primeiros aumentos de juros.

“A perspectiva para o próximo ano, do ponto de vista da economia, é que você estará no início da expansão, em que tipicamente há forte crescimento e baixa inflação”, diz Harris, do BofA. “Portanto, não acho que os bancos centrais farão muito. As únicas ações a serem tomadas serão tentativas modestas de garantir que você não tenha uma venda acentuada no mercado de títulos. Os BCs vão ficar cada vez mais confortavelmente no modo de espera.”

Harris também refuta a ideia, amplamente especulada por parte dos agentes financeiros, de que a combinação de estímulos monetários e fiscais deve gerar pressão inflacionária nos próximos anos. “Para que as políticas monetária e fiscal criem inflação, o primeiro passo é criar uma economia totalmente recuperada para, em seguida, haver um aumento dos preços, o que ainda está distante neste momento. Uma alta da inflação seria altamente improvável”, argumenta.

O BNP Paribas também vê uma dinâmica de preços comportados no curto prazo. No entanto, segundo o chefe global de estratégia para mercados emergentes no BNP Paribas, Gabriel Gersztejn, o cenário base de inflação baixa pode abrir caminho para novas pressões por estímulos sobre os bancos centrais no ano que vem. “Acreditamos que há forças estruturais que continuam puxando a inflação para baixo”, afirma, citando a maior propensão das pessoas de poupar do que de consumir em meio ao ambiente de crise, além da tendência de maior automação incentivada pela pandemia e desemprego mais alto.

“Os bancos centrais vão estar de prontidão. Se os dados econômicos não vierem conforme o esperado, com uma pressão mais desinflacionária do que inflacionária e uma recuperação aquém do esperado, as autoridades vão, sim, aumentar os estímulos”, acredita Gersztein.

As preocupações dos analistas, no entanto, são maiores com os mercados emergentes. Para Harris, haverá uma disparidade entre os países desenvolvidos e os emergentes em relação à distribuição de vacinas. “Alguns mercados emergentes devem demorar mais para obter a vacina. Isso significa um período ainda mais longo de restrições à atividade”, diz. Esses países, de acordo com ele, são muito mais vulneráveis do que os mercados desenvolvidos quando se trata de crise de dívida e tolerância dos investidores globais.

É isso que, na avaliação de Gabriela, do J.P. Morgan, faz a retirada de estímulos fiscais ser mais urgente no mundo emergente. “Nos países emergentes, essa retirada de estímulos fiscais é uma questão mais urgente. São só os países desenvolvidos que podem se dar ao luxo de não se preocupar com a retirada de todo esse apoio fiscal”, diz.

A recuperação também deve ter tempos diferentes em cada país, de acordo com ela. “O exemplo principal é a China, que foi o único país com uma recuperação em V, com uma economia que já está 2% maior do que no começo do ano”, afirma. Ela espera que a recuperação nos EUA chegue no fim de 2021, na Europa, em 2022 e na América Latina, apenas em 2023.

Leia mais em **Estímulos representam 29% do PIB global**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Mau hálito persistente: é isto que você deveria fazer todos os dias

HALI PURE

Veículo: Estadão	
Data: 22.12.2020	Caderno: Economia



O custo do labirinto tributário

Empresas brasileiras gastam 2 mil horas, em média, para cumprir obrigações tributárias

Entre janeiro e setembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou 37 recursos em matéria de direito tributário, dos quais 31 foram decididos em favor da Fazenda Nacional. O número de causas tributárias julgadas nesses nove meses foi maior do que o da soma dos três últimos anos. Com as 31 decisões favoráveis à União, a Corte evitou uma saída estimada em R\$ 500 bilhões do Tesouro Nacional, num período de escassez de recursos fiscais.

Esses julgamentos têm duas facetas. Se por um lado as decisões favoráveis à Fazenda são importantes para o controle das contas públicas, em tempos de pandemia, por outro dão a dimensão do grau de incerteza jurídica em que vivem os contribuintes, dado o cipoal normativo no campo do direito tributário. Segundo relatório do Tribunal de Contas da União sobre a burocracia para o cumprimento de obrigações tributárias, atualmente há mais de 26 mil normas em vigor nesse campo do direito.

O relatório também mostra que, desde a promulgação da Constituição, há 32 anos, as matérias tributárias foram objeto de 15% das emendas constitucionais, de 19% das leis ordinárias e complementares e de 27% das medidas provisórias. Além disso, só em 2017 a Receita Federal publicou 3 mil atos normativos, entre portarias, instruções e pareceres. A situação não é diferente nos Estados, onde a legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) já foi alterada mais de 500 vezes, entre 2013 e 2017.

Outros levantamentos revelam que, da data de promulgação da Constituição aos dias de hoje, o governo federal editou 20 normas por dia útil, em média, das quais 4 são da área tributária. Nos meios jurídicos, estima-se que, para conhecer a legislação tributária brasileira, um advogado tem de ler 327 mil artigos com 763 mil parágrafos, 2,4 milhões de incisos e 321 mil alíneas. Diante dessa enxurrada de dispositivos, para evitar autuações as empresas têm de contratar mais tributaristas e de usar softwares específicos, o que as obriga a transferir recursos da atividade-fim para custear atividades-meio. Segundo o relatório *Doing Business*, do Banco Mundial, as empresas brasileiras gastam anualmente 2 mil horas, em média, para cumprir obrigações tributárias. Na América Latina, a média é de 317 horas. O custo anual das empresas brasileiras com pessoal técnico e robôs para acompanhar as modificações da legislação é de R\$ 162 bilhões.

A insegurança causada pelo labirinto tributário brasileiro é um dos fatores responsáveis pela enxurrada de ações não apenas nos órgãos administrativos, como o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, vinculado ao Ministério da Economia, mas também no Poder

Judiciário. Essas ações envolvem litígios que totalizam cerca de R\$ 800 bilhões – o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

O mais grave é que esse quadro de insegurança jurídica pode aumentar ainda mais. Em vez de reformar um sistema tributário confuso e pouco funcional, dado o número excessivo de regras, o Ministério da Economia está mais preocupado em criar e aumentar impostos, a pretexto de promover uma reforma tributária. Ao mesmo tempo que defende a criação de tributos ineficientes, como uma CPMF travestida de imposto sobre operações digitais, ele é omissivo no que se refere à desburocratização do sistema tributário. Também não vai além do discurso quando tem de lidar com o problema das concessões de excepcionalidades tributárias a certos setores econômicos. Essas concessões podem até ser justificadas como forma de incentivo, mas aumentam a complexidade do sistema tributário, tornando-o ainda mais ineficiente.

Por isso, a vitória da Fazenda Nacional em 31 dos 37 recursos em matéria tributária que foram julgados entre janeiro e setembro pelo Supremo não deve ser vista apenas pela economia que propiciou ao Tesouro. Também tem de ser encarada como reflexo de um sistema tributário cuja anacrônica operacionalidade custa um alto preço pago não só pelas empresas, mas por toda a sociedade.